

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

«PSD decidiu, a tempo,
impedir duplas candidaturas...»
só agora Sócrates decidiu imitar-nos...



Destaques:

Em reunião com a AECOP:
“Em matéria de Obras Públicas, só farei promessas que possa cumprir”

Pag. 2 e seguintes

Jorge Costa, sobre a Fundação para as Comunicações: «É um escândalo, é uma fraude à lei nacional e comunitária»

Em “Parlamento”

«Este Governo é absolutamente indecoroso. Este Governo envergonha Portugal!»

Em “Opinião» de Vaso Graça Moura



«O nosso Partido decidiu, a tempo, impedir duplas candidaturas às legislativas e autárquicas...» e só agora Sócrates decidiu imitar-nos...

O PSD promoveu na semana passada mais uma sessão do “Fórum Portugal de Verdade” com o objectivo de recolher contributos para o seu programa eleitoral, desta vez tendo como tema “O mar: desafio estratégico para Portugal”.

Além da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, participam na reunião, num hotel de Lisboa, o presidente da Lisnave, Frederico Spranger, o comandante da Marinha Temes de Oliveira e o presidente da empresa produtora de microalgas e de sal marinho Necton, Vítor Verdelho Vieira.

Os dirigentes do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, João Carlos Quaresma Dias, e da Associação Portuguesa de Indústria e Comércio das Actividades Náuticas (APICAN), Mário Prieto, foram outros.

A direcção social-democrata tinha agendado para Junho e Julho uma segunda ronda de sessões temáticas do seu “Fórum Portugal de Verdade”, desta vez à porta fechada, das quais se comprometeu a retirar conclusões para o seu programa eleitoral, que deverá ser apresentado no final de Julho.

A presidente do PSD considerou, no dia 9, que o nosso Partido decidiu, a tempo, impedir duplas candidaturas às legislativas e autárquicas, enquanto o PS decidiu “atirar-se de cabeça” nesta questão, surpreendendo os seus candidatos já no terreno.

Em declarações aos jornalistas, na sede nacional social-democrata, Manuela Ferreira Leite considerou que o PS decidiu “atirar-se de cabeça” para a orientação definida pelo PSD de que quem se candidatasse à presidência de uma câmara municipal não poderia integrar as listas de candidatos a deputados.

Essa orientação foi anunciada pelo PSD já em Dezembro do ano passado.

“Nós fizemo-lo a tempo, antes de seleccionarmos e de termos as escolhas para os candidatos a autarcas e a depu-

tados. E, portanto, as diferentes pessoas foram livres de fazerem as suas escolhas e foi nessa liberdade que todos surgiram ou como candidatos a autarcas ou como candidatos a deputados”, declarou Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD reiterou que concorda “que essa orientação seja seguida” pelo PS, defendendo que, “em democracia, dada a proximidade das eleições, não era possível outra atitude”.

Contudo, sublinhou que “o PS vem fazê-lo já depois de os candidatos estarem no terreno” e acrescentou que estes “agora percebem que se foram candidatos a uma coisa afinal já não podem ser a outra e, portanto, pode-lhes alterar a vida”.

“É um problema ao qual eles estão a reagir, mas é um problema deles. São eles que são filiados no PS”, concluiu.

Transformações profundas e algumas concordâncias

Manuela Ferreira Leite, afirmou também que quer fazer “transformações profundas” em clima de consenso, mas quanto às medidas sociais disse concordar muitas das que foram anunciadas por este Governo.

A Presidente social-democrata foi questionada sobre que políticas sociais pretende “rasgar” - expressão que utilizou há duas semanas referindo-se a “muitas soluções que têm estado a ser adoptadas em termos de política económica e social”.

A presidente do PSD esclareceu que, em concreto, “rasgar, ninguém vai rasgar nada” e que falava metaforicamente, mas se vencer as eleições legislativas, quer “fazer transformações profundas, mas nunca em agressão às pessoas, nunca criando críspação na sociedade portuguesa, sempre em colaboração com as pessoas, com aquele consenso que é necessário para se fazerem transformações. Isso é que deve ser entendido como ‘rasgar’”.



“É absolutamente essencial que nós entremos numa fase de grande tranquilidade, a tranquilidade que leva a que as pessoas colaborem”, defendeu Manuela Ferreira Leite.

Quanto à questão sobre as políticas sociais, respondeu: “Não há nenhuma medida anunciada por este Governo com a qual eu discorde. Eu nunca disse que rasgaria políticas sociais. Não há nenhuma medida social a que o PSD se tenha oposto ou que tenha criticado sequer”.

A presidente do PSD pôs, contudo, em causa a execução dessas medidas: “Critico que a maioria delas não tenha passado de anúncio, isso sim. Se as medidas que o engenheiro Sócrates anunciou tivessem execução na prática o país não estaria como está”.

“O engenheiro Sócrates é um grande perito em anúncios. Eu não anuncio. Sendo responsável pelo Governo faço, executo. Vai ser essa a diferença”, acrescentou.

Interrogada sobre, então, “o que é que o PSD vai rasgar”, Manuela Ferreira Leite considerou que “rasgar é uma palavra que não tem sentido assim em

pormenor”.

“Rasgar, ninguém vai rasgar nada. De resto há um ponto que muito defenderei: é que as alterações às políticas que têm sido seguidas por este Governo - e que evidentemente muitas delas vão ter de ser alteradas porque estão a dar efeitos negativos e não positivos - sê-lo-ão feitas de uma forma cordata com as pessoas, sem agressões, sem críspação, em consonância com todos, em colaboração com todos”, acrescentou.

Ainda quanto às políticas sociais, Manuela Ferreira Leite reivindicou ter sido “a primeira pessoa” a defender que estas eram necessárias “para a actual situação”, quando foi eleita presidente do PSD, há cerca de um ano.

“As preocupações sociais do PSD, toda a vida elas foram expressas! Pela parte desta direcção, foram expressas em primeiro lugar por mim, há muito tempo, e só posteriormente o engenheiro Sócrates veio atrás de mim e começou a perceber que tinha de anunciar medidas de natureza social”, afirmou.





A Presidente vai ao “Chão da Lagoa”, na Madeira

A líder nacional do PSD, Manuela Ferreira Leite, vai estar presente na festa anual dos sociais-democratas madeirenses que decorre a 26 de Julho, no Chão da Lagoa, e onde são esperadas mais de 40 mil pessoas.

“É com expectativa que os madeirenses vêm a presença da presidente do partido, pois nela reside a esperança de que a partir de 27 de Setembro, Portugal possa mudar as leis feitas contra a Madeira na Assembleia da República”, afirmou hoje o secretário-geral do PSD/M, Jaime Ramos, na conferência de imprensa para apresentação do evento.

Sustentou que a mensagem social-democrata assume uma particular importância na actual conjuntura política nacional e regional, num ano dos mais exigentes, dada a realização de dois actos eleitorais.

Disse desconhecer se outras figuras nacionais do partido vão marcar presença neste evento.

Jaime Ramos garantiu que este ano se regista “a maior adesão de sempre dos madeirenses a esta festa, tendo por base o número de autocarros, mais de 200, que vão partir de todas as freguesias da região, transportando mais de seis mil pessoas”.

Apontou que são esperadas no Chão da Lagoa aproximadamente 40 mil pessoas, naquela que é “a maior concentração da Madeira”.

As intervenções políticas estarão a cargo do secretário-geral, Jaime Ramos, da líder regional da JSD/M e candidata à Assembleia da República, Vânia Jesus, do presidente da câmara municipal do Funchal, Miguel Albuquerque, e dos presidentes regional e nacional do partido, Alberto João Jardim e Manuela Ferreira Leite.

Manuela Ferreira Leite será assim mais um dos líderes nacionais do partido a marcar presença nesta iniciativa do PSD/M que decorre desde 1975, onde estiveram Francisco Sá Carneiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Durão Barroso, Marques Mendes.

“34 anos, 41 vitórias” é o lema do PSD/M em destaque em mais esta festa do partido nas terras da Madeira.

PSD pode viabilizar novo inquérito ao BPN

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, admitiu que o partido viabilize a constituição de uma nova comissão de inquérito parlamentar sobre o BPN, proposta que o PSD prometeu fazer na próxima legislatura.

Ainda nesta ocasião, interrogada se o PSD está disposto a viabilizar uma nova comissão de inquérito sobre o BPN, Manuela Ferreira Leite respondeu: “A quaisquer iniciativas no sentido do esclarecimento dessas matérias o PSD não se opõe”.

“Quero relembrar que a existência desta comissão de inquérito foi devida ao PSD”, acrescentou.

Na quarta-feira, o deputado social-democrata Hugo Veloso já tinha afirmado que uma nova comissão de inquérito sobre o BPN na próxima legislatura poderá ter o apoio do PSD: “Em princípio,



se houver uma solução que possibilite ir mais longe [no apuramento dos factos ocorridos no BPN, ao nível da supervisão e do processo de nacionalização], nós apoiaremos”.

Por outro lado, Manuela Ferreira Leite foi questionada sobre a forma como se vai preparar para as eleições legislativas e se vai tirar férias e respondeu que não.

“Não vou tirar férias. Se acha que a minha preparação psicológica e física dependeria de férias, então eu diria que estaria em mau estado, só que eu acho que não vou precisar de férias”, disse ao jornalista que lhe tinha colocado a pergunta.

“Estamos todos numa fase em que é necessário muito trabalho. Esse trabalho vai ser prosseguido durante todo o tempo que falta até às eleições. E a primeira pessoa que deve dar o exemplo de que o trabalho não deve esmorecer sou eu própria”, considerou a presidente do PSD.

Na reunião com a AECOP: a líder do PSD só fará “promessas que tencione cumprir” em matéria de obras públicas

A líder do PSD considerou “sensato” o adiamento pelo PS da lei de testamento vital, manifestando estranheza que o diploma tenha sido apresentado “a um curto prazo de eleições”.

“Acho que é algo que é sensato na medida em que estamos no final de uma legislatura e não há tempo para discutir em termos públicos um tema tão importante quanto esse. O que foi de espantar foi que ele tivesse sido apresentado num momento em que já se sabia que estávamos a um curto prazo de eleições”, disse a líder social-democrata, no final de uma audiência na sede do PSD com a Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS).

A líder do PSD sublinhou na segunda-feira que só fará “promessas que tencione cumprir” em matéria de obras públicas reiterando a sua discordância relativamente à prioridade conferida aos mega-

projectos, em especial o novo aeroporto e o TGV.

No final da reunião, a Presidente do PSD afirmou: “Não prometo nada que não tenciono fazer e digo apenas aquilo que considero possível fazer e que está de acordo com as prioridades que o País enfrenta (...) eu, como potencial responsável por um governo não devo, não quero nem faço promessas que não tenciono cumprir por não ter essa possibilidade”, afirmou Manuela Ferreira Leite, questionada sobre os grandes projectos de obras públicas.

No final de uma audiência na sede do PSD com a Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS), a líder social-democrata reiterou que o país “está numa situação complexa” e que “vai haver prioridades a estabelecer” neste domínio.

“É perante essas prioridades que alguns projectos não são prioritários neste momento dada a situação de endividamento e empobrecimento em que o país está. O país precisa de projectos que o desenvolvam rapidamente”, advogou, admitindo não existir total consonância de pontos de vista com a associação relativamente à urgência dos grandes projectos, mas salientando ter existido “total consonância” em relação a designios como a reabilitação urbana e do património.

Manuela Ferreira Leite deplorou ainda que o Governo tenha considerado tomar decisões neste domínio sem procurar reunir “o acordo da sociedade”.

“Não me parece correcto que um governo tome decisões dessa natureza sem ser na base de algo que reúna o acordo da sociedade. São investimentos que têm grandes repercussões nas gerações futuras e por isso não é correcto que haja um governo que, por sua própria decisão, tome essas decisões sem tomar em consideração aquilo que é o pensamento da sociedade”, disse.

O presidente da AECOPS - de quem partiu o pedido de audiência com Ma-

nuela Ferreira Leite - defendeu, por seu turno, que projectos como o TGV e o novo aeroporto “são importantes” para as empresas de construção e para “o desenvolvimento económico”.

Ricardo Pedrosa Gomes defendeu, além disso, a necessidade de um “consenso nacional”, em especial entre “os partidos que têm capacidade de governar o país”, sobre investimentos públicos vultuosos.

“O que é mau para as empresas é a incerteza e gostaríamos que fosse alterado esse princípio. Tem que haver uma lógica em relação a determinados investimentos públicos que pela sua dimensão e importância devem ser plurilegislativos e alvo de um consenso nacional pela importância que têm”, sustentou.

Bastonária dos Notários recebida pela Presidente

A bastonária da Ordem dos Notários (ON) entregou à líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, documentação que pode sustentar um eventual pedido por parte dos sociais-democratas de fiscalização da constitucionalidade da tabela de preços dos registos.

No final de um encontro com o PSD para transmitir as preocupações dos notários privados em relação à tabela de emolumentos dos registo predial, civil e comercial, Carla Soares referiu à agência Lusa que Manuela Ferreira Leite ficou de analisar a documentação para decidir se avança ou não com o pedido junto do Tribunal Constitucional (TC).

Segundo Carla Soares, as taxas em causa têm de corresponder ao custo real que cada serviço importa para o Estado e “isso não está a acontecer”, sendo “desproporcional”.

A bastonária observou que o facto de o preço praticado nos registos ser o mesmo, quer se trate de um ou vários loteamentos ou de um ou vários contratos de compra e venda, beneficia os grandes



investidores e prejudica o Estado.

Por outro lado - criticou -, as conservatórias, além dos registos, também formalizam contratos, (balcões Casa Pronta) e, como o Estado tem o monopólio dos registos, estes acabam por ser feitos acima do valor real, por forma a subsidiar e a fazer baixar o preço aplicado aos contratos de compra e venda.

No entender da bastonária dos notários, tal situação desvirtua a concorrência com os notários privados.

No encontro com o PSD, Carla Soares alertou que o Estado está a perder muito dinheiro em IVA porque está a ficar com a “maior fatia do mercado na formalização dos contratos” e “não cobra IVA, ao contrário dos notários privados”.

Na perspectiva da bastonária dos notários, isto “distorce a concorrência”, pelo que, à luz da legislação sobre o assunto, o Estado deveria, nesta situação, cobrar IVA.

Durante a reunião falou-se também do programa Simplex e da “falta de segurança jurídica” que o mesmo acarreta, tendo a bastonária dito ser previsível o “aumento de litigiosidade” a curto prazo.

A propósito do Simplex, Carla Soares lembrou que Empresa na Hora permitiu a criação de várias empresas “fictícias”, que aparecem em processos-crime por fraude.

Em resultado da concorrência desleal e das medidas implementadas pelo Go-



verno, Carla Soares reiterou que desde 2007 houve uma quebra de 78,36 por cento nas receitas dos notários privados e que se avizinha a possibilidade de entre os 411 que integram a classe, 206 deles regressarem à função pública.

A componente informática do Simplex “não acautela a segurança jurídica dos cidadãos”, pelo que “também não é compatível” com o Portal Europeu da Justiça, previsto para 2010.

Carla Soares deu como exemplos de falta de segurança jurídica o facto de a certidão permanente ser agora apenas um “print”, sem qualquer assinatura, e de o registo de propriedade de um imóvel ser um pdf não encriptado.

Tal como tinha dito aos Deputados da primeira comissão parlamentar, a bastonária manifestou a sua preocupação por estar a haver “uma auto-regulação que não é muito recomendável numa altura de crise”, pois a venda de quotas das sociedades está a decorrer sem “a verificação da legalidade, nem pelas conservatórias, nem por ninguém”.

Não tendo obtido qualquer resposta da Comissão de Protecção de Dados, a Ordem dos Notários pondera agora apresentar queixa directamente ao Ministério Público para travar as conservatórias que, segundo a bastonária, consultam a base de dados do registo civil e enviam cartas nomeadamente a viúvos, o que pode constituir um ilícito criminal.

Carla Soares referiu que, nas missivas, se lamenta a morte do familiar e é feito um convite para que a partilha e a habilitação de herdeiros sejam feitas nas conservatórias.

A bastonária acusou também as conservatórias de - no momento da oficialização de um divórcio - fazerem assinar, às partes, um documento em que se responsabilizam por não quererem fazer

as partilhas no imediato.

Para a bastonária, trata-se de uma forma de pressão para que as pessoas optem pelas conservatórias em detrimento dos advogados ou dos notários.

Por seu lado - alertou Carla Soares - os notários, ao não poderem aceder à base de dados dos registos civis, têm de cobrar as certidões aos seus clientes.

A bastonária criticou ainda que sejam cobrados os mesmos 250 euros nos casos em que uma pessoa trata do registo de propriedade de um imóvel e da habilitação de herdeiros na conservatória e quando apenas faz o registo de propriedade, optando por continuar o processo fora da conservatória.

Carla Soares recusou também uma interpretação simplificada da parte da lei que permitirá aos notários privados regressarem, em Fevereiro de 2010, à Administração Pública.

Segundo a responsável, se quiser regressar ao vínculo estatal, nunca o poderá fazer como notária mas como conservadora e à Função Pública só poderão retornar metade dos actuais 412 notários que trocaram o público pelo privado.

“A outra metade ficará no desemprego”, anteviu a responsável, lembrando a quebra de 78,36 por cento de receitas registada pelos cartórios.

- Fontes: Lusa, TSF, Pº.Liv.

Actividades do PSD

Paulo Rangel, que na segunda-feira deixou o Parlamento português, para na terça-feira tomar posse como eurodeputado, vai ser o vice-presidente do Partido Popular Europeu (PPE) responsável pela ligação com os parlamentos nacionais dos 27 Estados-membros.

Paulo Rangel encabeçou a lista do PSD que venceu as eleições europeias em Portugal. A seguir às europeias, foi eleito um dos dez vice-presidentes do PPE - o maior grupo político do Parlamento Europeu, do qual fazem parte o PSD e o CDS-PP.

Em declarações à agência Lusa, Paulo Rangel adiantou que já lhe foi atribuído um pelouro enquanto vice-presidente do PPE.

“Terei como responsabilidade a ligação com os parlamentos nacionais, o que resulta essencialmente da circunstância de ter sido líder parlamentar e ter participado em variadíssimas reuniões dos parlamentos nacionais em Bruxelas e em Estrasburgo”, declarou. A ligação aos parlamentos nacionais vai ser feita “através dos líderes parlamentares dos partidos que pertencem ao PPE”, precisou Paulo Rangel.

“Essencialmente, este é um pelouro de articulação do grupo parlamentar do PPE com os parlamentos nacionais, para garantir que estes tenham uma intervenção mesmo antes de haver uma decisão do Parlamento Europeu”, sintetizou.

Na opinião do ainda líder parlamentar do PSD, “este vai ser um pelouro importante se entrar em vigor o Tratado de Lisboa” e “para o Parlamento português é muito bom ter um português nesta área”.

Paulo Rangel referiu que o PPE “não tem a expectativa de que todos os parlamentos nacionais respondam em tempo” aos pedidos para que se pronunciem, mas acrescentou que espera “que Portugal não fique de fora desta carroça”.

Questionado pela agência Lusa, o social-democrata confirmou que já não participará na sessão de votações do Parlamento agendada para a próxima semana: “Saio hoje do Parlamento, hoje é o meu último dia”.

Quanto à sua participação ou não nas reuniões da Comissão Permanente e da Comissão Política Nacional do PSD, órgãos que integra por inerência na qualidade de líder da bancada social-democrata, Paulo Rangel considerou “natural” que venha a participar em algumas reuniões, mas como convidado e “não em representação do grupo parlamentar”.

Governador do Banco de Portugal “teve um momento infeliz”

O dirigente do PSD Aguiar Branco considerou que o Governador do Banco de Portugal “teve um momento infeliz” no que respeita às apreciações que fez do trabalho da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN.

“Devia haver um respeito institucional pelo trabalho da Assembleia da República”, afirmou o vice-presidente da comissão política nacional do PSD, acrescentando que Vítor Constâncio teve “um momento surpreendente e infeliz ao criar uma relação de conflituosidade institucional”.

O deputado comentava as declarações do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, que hoje, em conferência de imprensa, acusou as forças políticas de usarem o caso BPN e o Banco de Portugal como arma de combate político.

Vítor Constâncio considerou ainda que os trabalhos desenvolvidos pela comissão parlamentar ao longo dos últimos seis meses perturbaram o processo de investigação que está a ser conduzido pelo supervisor.

O deputado José Pedro Aguiar Branco considerou que Vítor Constâncio “deve ser o único português que acha que não há qualquer responsabilidade da supervisão e do Banco de Portugal no caso BPN”.

“Grande preocupação” do PSD pelas falhas nos registos dos cadernos eleitorais

O PSD manifestou, no dia 10, a sua “grande preocupação” pelas falhas apontadas pela Comissão Nacional de Protecção de Dados aos registos dos cadernos eleitorais e apelou ao Governo para que assegure a “actualização rigorosa do universo eleitoral e a inscrição única”.

Numa conferência de imprensa no Parlamento, o secretário-geral do PSD, Marques Guedes, referiu que o relatório “divulgado ontem [quinta-feira] pelo presidente da CNPD na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais” dá conta de uma situação “gravíssima” e referiu que para além de já terem chamado e ouvido o Governo no Parlamento sobre



esta matéria, continuam a manter “contactos directos” com o executivo socialista no sentido de “serem tomadas medidas”.

“O país assistiu no último acto eleitoral à farsa de ver o primeiro-ministro a pegar no telemóvel e a fingir que as pessoas através do novo sistema informático que está planeado pelo Governo tinham não só uma facilidade enorme de acesso às assembleias de voto como a fiabilidade extrema do sistema. Este relatório vem desfazer completamente essa farsa, o sistema não é fiável, não está fiável e é urgente tomar-se medidas”, afirmou Luís Marques Guedes.



“Não interessa aqui saber se houve mais ou menos incompetência na montagem deste sistema, agora o que será totalmente inaceitável será uma incúria (...) este assunto tem de merecer a maior das atenções por parte do Governo e tem de merecer a mais séria das atenções por parte das autoridades para ser resolvido em tempo útil, daqui a pouco mais de 80 dias vai haver um primeiro acto eleitoral com a importância que tem e 15 dias depois um segundo acto”, acrescentou.

Questionados pelos jornalistas, tanto Marques Guedes como Guilherme Silva e Fernando Negrão (os outros dois deputados que estiveram na conferência de imprensa) consideraram que “é possível” encontrar uma solução para corrigir estes erros até às eleições e que é o próprio relatório da CNPD que “aponta para medidas imediatas e urgentes a serem tomadas”.

O deputado e vice-presidente da Assembleia da República, Guilherme Silva, salientou a posição assumida pela CNPD “apelando para que as situações sejam corrigidas integralmente” e defendendo “que o Governo deve dizer qual o prazo que necessita para as resolver”.

Guilherme Silva manifestou “grandes preocupações relativamente à fidedignidade dos cadernos eleitorais e do recenseamento eleitoral” e considerou que esta é uma situação “absolutamente imperdoável face ao avanço tecnológico e ao aperfeiçoamento dos sistemas informáticos”.

“Mantém-se um registo na Base de Dados de Recenseamento Eleitoral (BDRE) na ordem dos 15 milhões de pessoas e desses 15 entende-se que há um universo eleitoral de cerca de 9 milhões e 700 mil, qualquer dos números é absolutamente inaceitável”, considerou o deputado madeirense, dando em seguida outros exemplos de alegadas irregularidades.

“Há 9.600 nomes iguais, há uma só pessoa que tem 614 registos, houve no último acto eleitoral pessoas que votaram mais do que uma vez (...) temos casos de recenseados com mais de 18 anos que estão nos cadernos eleitorais como pessoas sem capacidade eleitoral, ou seja, não podem votar”, enumerou Guilherme Silva, referindo que é normal a existência de “pessoas falecidas nos cadernos eleitorais”.

O social-democrata considerou igualmente “inaceitável” que no recenseamento eleitoral sejam “incluídos todos aqueles que vão nascer”: “Se a idade eleitoral é a partir dos 18, se há o registo aos 17 para se



poder fazer a transição logo que se atinge os 18 anos obviamente que não tem sentido fazer-se o registo de recém-nascidos que só 18 anos depois terão capacidade eleitoral, tudo isso só confunde, não se percebe como é que esta prática subsiste”, advogou.

O deputado do PSD disse ainda que a passagem da gestão dos dados da Direcção-Geral da Administração Interna, para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é “ilegal” e que os Cartões do Cidadão estão a provocar “duplicações” de registos.

Sobre o relatório final da Comissão Parlamentar sobre regulação bancária e o caso BPN

Hugo Veloso, do PSD, criticou o relatório final por considerar que não inclui todos os factos relativos às questões da nacionalização e supervisão.

“Como fica claro, faltam as questões relacionadas com a nacionalização e a supervisão”, disse Hugo Veloso.

“Quando cheguei não tinha os óculos e parecia-me laranja mas não, é vermelho”, gracejou Hugo Veloso, numa “nota de humor” direccionada à ausência das propostas de conclusões feitas pelo PSD no relatório final, apesar de terem sido incluídas no documento cinco propostas de iniciativa legislativa.

“O PS não aceitou as nossas propostas, o sentimento geral da oposição é de votar contra”, finalizou.

O “Povo Livre” julga que a apolémica

causada pela imposição pelo PS de um relatório final (elaborado por Sónia Sanfona, dep^a PS) que não reflecte as opiniões e conclusões materiais, apuradas pelas oposições de todos os quadrantes, está para “lavar e durar”. Como diz o Povo, “...ainda a precisão vai no adro!”

PSD quer as contas da “Fundação Fantasma”

O PSD anunciou que vai requerer a intervenção do Tribunal de Contas no caso da Fundação para as Comunicações Móveis alegando que o seu modelo suscita várias dúvidas e evidencia falta de transparência.

“Duvidamos profundamente do modelo da Fundação e consideramos que há falta de transparência. Por isso, o PSD vai requerer a intervenção do Tribunal de Contas nesta matéria”, disse o deputado social-democrata Jorge Costa na Comissão parlamentar das Obras Públicas, Trans-



portes e Comunicações onde Mário Lino estava a ser ouvido.

No mesmo sentido, também o deputado comunista Bruno Dias adiantou que o seu partido já enviou na sexta-feira para o Tribunal de Contas uma exposição para obter esclarecimentos sobre as contas da Fundação de “uma forma consolidada”.

Durante a sua intervenção, o deputado do PSD acusou o governo de ter encontrado na Fundação uma forma para fugir ao concurso público para a aquisição dos computadores.

“Qual é o ponto de situação das contas das contrapartidas pela atribuição da licença da terceira geração?”, questionou ainda Jorge Costa referindo-se a um assunto que foi levantado por todos os outros partidos da oposição.

O Ministro Mário Lino afirmou que “até ao final deste mês” conta ter “as primeiras contas da Fundação”.

Os deputados não ficaram satisfeitos com os esclarecimentos de Mário Lino, nomeadamente no que respeita às contas da Fundação.

Reforma das polícias municipais

A reforma das polícias municipais representa um “problema” devido a “estarem mal definidas as competências concretas” dos profissionais, afirmou o deputado do PSD Fernando Negrão após uma reunião em Lisboa com o Sindicato Nacional das Polícias Municipais (SNPM).

“Não existe uma coerência no país

sobre as questões relacionadas com as polícias municipais. Lisboa e Porto são um caso, o resto do país outro”, disse à Lusa o deputado à saída do encontro com os profissionais do sector.

Os “vínculos e carreiras” dos polícias municipais foram alguns dos temas abordados na reunião com o deputado “laranja”, que sublinhou a preocupação com o facto de existirem agentes armados e outros desarmados.

O presidente do SNPM, Carlos Borges, reforçou à Lusa que a reunião, pedida pelo sindicato, visou “sensibilizar” o deputado do PSD para uma questão que “devia ser transversal a todos os partidos”.

O SNPM admitiu segunda-feira um cenário de extinção daquelas autoridades administrativas caso não sejam alvo de “uma verdadeira reforma”.

“O Ministério da Administração Interna (MAI) deve ter coragem política para assumir uma verdadeira reforma das polícias municipais ou, então, deve equacionar a extinção destes serviços, integrando estes elementos em polícias congéneres, em nome do interesse público”, afirmou o SNPM.

“O MAI continua a promover a discriminação existente entre as polícias municipais de Lisboa e Porto (regime especial) e as restantes, quando o parecer n.º 28/2008, de 08 de Maio, do conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República, determinou que as funções e atribuições são comuns aos dois modelos existentes”, refere o sindicato em comunicado.

A Lei-Quadro das Polícias Municipais, aprovada em 2008, deveria estar regulamentada 90 dias depois, mas só agora foi iniciada a discussão dessa legislação complementar.

De acordo com o sindicato, o projecto de regulamento em embrião “é uma ofensa a todos os profissionais” e ignora “questões fundamentais” como os vínculos, carreiras e remunerações.

“O mar é um desafio estratégico para Portugal”

O dirigente social-democrata Paulo Mota Pinto considerou hoje que “o mar é um desafio estratégico” para Portugal e que “há que passar das palavras e dos estudos à acção”, escusando-se, contudo, a apontar medidas.

Paulo Mota Pinto falava aos jornalistas num hotel de Lisboa, a meio de uma reunião do “Fórum Portugal de Verdade” do PSD, realizada à porta fechada, que tinha como tema “O mar: desafio estratégico para Portugal”.

Num resumo do encontro, o vice-presidente do PSD disse que este estava a ser “bastante participado, muito interessante” e que dele “resultaram várias ideias, entre as quais a de que o mar é um desafio estratégico” para Portugal.

Paulo Mota Pinto acrescentou que os participantes na reunião consideraram que “não há falta de estudos, mas há um grande défice de concretização de medidas que já estão estudadas” e “há que passar das palavras e dos estudos à acção”.

Instado a dar um exemplo de uma medida estudada que esteja por aplicar, Paulo Mota Pinto respondeu que “algumas delas serão incluídas no programa” eleitoral do PSD.

“Não quero estar a concretizar, para já”, disse. – Fontes: Lusa, Gab IMP. PSD





Sócrates no meio da sua “tempestade perfeita”

Que as hostes socialistas andam desnordeadas, após a derrota nas Europeias, é um facto indesmentível, testemunhado na imprensa por algumas vozes mais representativas que, nos últimos tempos, têm vindo, desassombadamente, a criticar as medidas avulsas tomadas pelo primeiro-ministro, a reboque das ideias e processos dos seus adversários políticos.

A decisão precipitada e fora do tempo de Sócrates de proibir os candidatos do seu Partido a presidentes da Câmara de se candidatarem à legislativas, foi a espoleta que desencadeou dentro do próprio aparelho, as críticas mais contundentes contra esta mudança de regras a meio do jogo.

É que esta insólita e inesperada decisão, motivada, como se sabe, pela polémica levantada nas Europeias pelos casos de Ana Gomes e Elisa Ferreira, apanhou de surpresa tanto os presidentes das federações distritais como o próprio líder parlamentar, Alberto Martins, mas sobretudo a bancada parlamentar socialista que não se coíbiu, corajosa e resolutamente, de lançar sobre José Sócrates os libelos de «falta de lealdade», «decisão extemporânea» e «timing pouco curial».

Resumindo, pode-se dizer que José Sócrates começou a ter a cabeça a prêmio, não obstante a sua pressa em querer emendar a mão estendida à palmatória, no que concerne à sua desastrosa política cultural (que foi nenhuma), tendo-se reunido no passado Sábado com um grupo de artistas - músicos, actores, encenadores e escritores - para ajudarem a fazer o programa eleitoral para a área da cultura, assumindo, ele próprio, a «fraca aposta» na cultura como um dos erros do seu mandato governamental.

Mas a estocada de morte foi dada também no passado Sábado por Manuel Alegre no «Expresso», através do seu artigo de opinião «É Urgente Acordar», no qual escreve claramente aquilo que muitos dos seus correligionários sopram ao ouvido: «que querem o PS, não o seu líder».

Na verdade, são inequívocas deste sentimento as seguintes passagens: «Seria preciso que os socialistas acordassem do seu torpor e que dentro do PS se ouvissem vozes a exigir uma mudança não só de estilo, mas de pessoas e de políticas...». E mais adiante, na mesma linha de pensamento: «Ainda é possível dar a volta. Mas algo tem de acontecer. Apesar dos erros, a bandeira do PS não está no chão. Mais socialistas e menos figurantes...».

Para bom entendedor, meia palavra, geralmente, basta! - Correspondente identificado (Francisco Azevedo Brandão)

A relação da Administração Fiscal com os contribuintes

Gostava de partilhar, na qualidade de empresário de uma microempresa, a experiência vivenciada com a administração fiscal, na sequência de dívidas provenientes de atrasos na liquidação do Iva.

Ao longo dos anos em que a empresa tem exercido a sua actividade, tem sido efectiva e pontual alguma insuficiência financeira para fazer face aos seus compromissos.

Para tal muito tem contribuído a dificuldade de financiamento, apesar da empresa não dever à banca um cêntimo!

Porém, não abduco de sublinhar o seguinte: - Jamais tive algum comportamento de menor respeito para com as obrigações fiscais da empresa. Assim, nunca esta empresa teve o mínimo procedimento de falsidade, de ocultação de vendas ou de qualquer outra atitude que consubstanciasse uma fuga à verdade para com a Administração Fiscal. Todos os valores que tínhamos para declarar, foram declarados, independentemente de termos ou não liquidez para proceder aos respectivos pagamentos atempadamente. Sempre enviámos as respectivas declarações, mesmo que sem pagamento, ou com o pagamento parcial que nos era possível no momento, assumindo dessa forma a dívida e o propósito de a liquidar logo que possível.

O valor da verdade esteve sempre presente em todos os actos, mesmo que isso implicasse elevados custos e riscos. E continuará essa mesma verdade a constituir um valor inamovível na minha consciência.

Quicá se tivesse uma relação menos difícil com a mentira, esta missiva seria despropositada, pois a dívida não existiria...

Por isso também, a indignação que quero transmitir pela forma como a Administração Fiscal, personificada em dois elementos que se deslocaram à minha empresa, se comportou.

Sendo o propósito da diligência, a identificação de créditos da empresa, para posterior penhora, ocultaram tal facto, e numa atitude marcada pelo cinismo da abordagem pessoal, e da mentira quanto aos objectivos, alegaram precisar de cópia das facturas emitidas nos dois últimos meses para efeitos de cruzamento de dados. O objectivo final seria, ainda de acordo com a mentirosa explicação, contribuir para uma investigação que estava a ser feita no sector da restauração, amplamente mediatizada, envolvendo algum tipo de software.

Este comportamento, rasteiro e invertido, suscita-me de imediato as seguintes reflexões:

Será que passou pela cabeça das referidas criaturas que para atingirem os seus objectivos só o conseguiriam mentindo? Porquê, se nós jamais mentimos?

Será apenas um caso de má formação moral dos indivíduos em causa?

Mas ainda assim, se se apresentam como legítimos representantes da Administração Fiscal, devemos concluir que esta é mentirosa e cínica na relação com os contribuintes?



E então se a Administração Fiscal entende ter legitimidade para mentir aos contribuintes, não estará a legitimar que estes tenham comportamento similar?

Uma coisa isto interferiu com a minha forma de estar. Se é certo que não foi suficiente para eu vacilar quanto aos princípios que me foram transmitidos através da educação que recebi, assente em sólidos valores, em que a verdade é um dos principais, já quanto à intolerância que eu tinha para com todos os que se esquivam às suas obrigações fiscais, essa ficou amenizada. Agora, entendo que todos os que forem capazes de conviver com a sua consciência em falta, e mentirem ao Fisco, não estarão a fazer nada que o Fisco não faça.

Mas, afastando-nos dos valores morais, e passando aos valores materiais, terão prestado um serviço relevante à causa pública, os intérpretes da referida diligência? Assentando a sua intervenção na mentira, o que conseguiram?

1) Uma relação das facturas emitidas nos dois meses anteriores, em que 98% das mesmas haviam sido vendas a pronto pagamento, estando como tal liquidadas.

2) Não se deram sequer ao trabalho de verificar que as facturas tinham sido emitidas nesses termos, o que pressupunha que estariam liquidadas.

3) Revelando um total desprezo pelo efeito que o acto consequente iria ter, enviaram cartas a todas as empresas dessa relação, penhorando créditos inexistentes.

4) A relação comercial que tínhamos com essas empresas ficou fortemente comprometida. Para alguns, acham que houve culpa da empresa, comunicando ao Fisco créditos que não existiam!

5) A título de exemplo, a facturação média mensal dos 3 meses anteriores havia sido na ordem dos 10 000,00 Euros. No mês de Abril, baixou para 6 000 Euros e em Maio 5000, apesar de todos os esforços que temos vindo a fazer para reconquistar a confiança desses clientes.

6) Para uma dívida da ordem dos 4000 Euros, enviaram citações de penhora para cerca de 70 empresas, ordenando a penhora de 280 000 Euros.

Se tivessem actuado com seriedade e verdade, teriam obtido não só os dois únicos casos que integravam essa relação, mas todos os outros que possuíamos, anteriores a esses 2 meses; e muito aliviados nos sentiríamos se por essa via tivéssemos visto resolvida a dívida.

E não teriam prejudicado deliberadamente (sim, porque a mentira é um acto deliberado), a actividade da empresa.

Não deixa de ser curioso, e permitam-me, algo irónico, que seja exigida agora a minha responsabilidade pessoal, através de um processo de reversão, para o pagamento desta dívida, alegadamente porque sou responsável pelo desempenho insuficiente da empresa.

Claro que todos cometemos erros, principalmente quando temos que tomar decisões em ambiente de incerteza, e muitas vezes adverso. E algumas têm um efeito perverso, ainda que involuntário, nos resultados da empresa.

Mas, concerteza nunca tive qualquer acto de gestão em que conscientemente soubesse que iria ter danos para a empresa. No balanço entre os proveitos e despesas que qualquer decisão implique, sempre tenho decidido convicto que os proveitos superam as despesas. Infelizmente, nalgumas vezes, e involuntariamente, tal não se verificou.

Mas será que podemos dizer o mesmo da diligência a que atrás aludi? Terão esses cuidados sido ponderados?

Será que foi considerada a possível recuperação da empresa, e a consequente capacidade de liquidar a dívida?

Será que por algum momento se equacionou que tão irreflectido acto iria conduzir à perda dos clientes e ao colapso da empresa, tornando irrecuperável a dívida



existente e lançando no desemprego mais algumas pessoas?

É óbvio que não.

Não deveriam então os referidos fiscais serem responsabilizados pelas receitas perdidas pela empresa, na sequência de tamanha incompetência revelada na citada diligência?

Parece-me óbvio que sim.

E que dizer da penhora dos saldos das contas bancárias no fim do mês? Que para além de me ter acontecido a mim, tenho conhecimento de ser prática corrente? Precisamente quando as empresas se aprestam para pagar os salários, vêem os saldos penhorados... Será esta a preocupação social para com as famílias, que ficam sem vencimento desta forma abrupta, a tão propalada diferença entre a esquerda e a direita? E que custos para o orçamento da segurança social têm estas medidas cegas do fisco? Quantas empresas terão fechado, asfixiadas pela cobrança fiscal? Quantos desempregados não estão a ser sustentados pelo Orçamento da Seg. Social, porque a Administração Fiscal na sua sede de cobrança, não olhou a meios e inviabilizou empresas que eram economicamente viáveis, ainda que pontualmente em dificuldades financeiras?

Faria todo o sentido essa quantificação.

Ass.) Luis Cunha

Ajudas aos agricultores para melhorar a eficiência energética: que se passa?



Como o PSD tem demonstrado grande interesse pelo assunto acima referido não quis deixar de vos manter a par de tudo o que se passa, na realidade, isto é, no terreno! Assim, em anexo remeto-vos uma informação detalhada de como as coisas se estão a processar em relação às ajudas a conceder aos agricultores que pretendem melhorar a eficiência energética das suas explorações, visando a redução da sua factura energética e a protecção ambiental do mundo em que vivemos.

É realmente triste e desanimadora a forma como são tratados os nossos agricultores; assim é difícil acompanhar os nossos congéneres europeus. Parece que se pretende que o agricultor português se mantenha sempre na cepa torta, não lhe sendo permitido evoluir. Desta forma poder-se-á continuar a falar do baixo nível de instrução do tecido agrícola nacional, da falta de capacidade empresarial dos agricultores e de todas essas desculpas para justificar as nossas debilidades sectoriais.

Agradeço a divulgação das informações que vos envio pois talvez, todos juntos, nos consigamos fazer ouvir.

No decorrer dos últimos meses (desde Maio passado) que este tema tem sido o meu dia-a-dia, com cartas, telefonemas e mails trocados com o MADRP, com o gabinete do Gestor do PoAgro e com a secretaria de Estado da Agricultura e Pescas. No entanto, as minhas palavras e todo o meu esforço têm sido em vão. Existe demasiada "areia na engrenagem do aparelho de Estado" e eu sinto-me impotente face a tanta opinião descabida e infundada, or parte de quem está em lugares de decisão. Entendam esta minha opinião também como um pedido de socorro em nome da agricultura nacional. /.../

Detalhes

Existindo um enorme conjunto de medidas de apoio aos agricultores, deparámo-nos com a Portaria 165-C/2009 que visava a melhoria da eficiência energética das explorações agrícolas. Esta medida surgiu como parte integrante do PoAgro, conjunto de acções e medidas do Quadro Comunitário de Apoio referente aos anos 2002/2007, e iria servir para que se aproveitassem dinheiros do anterior Quadro que ficaram por utilizar. Como tínhamos na nossa carteira de clientes um número significativo de agri-

cultores que pretendiam aderir à microgeração, pareceu-nos esta portaria servir para ajudar a suportar os custos com a aquisição e instalação de painéis fotovoltaicos, o que muito iria contribuir para a diminuição da factura energética da exploração agrícola. No entanto, e após inúmeras trocas de telefonemas e de mails com os serviços do MADRP e com o gabinete do gestor do PoAgro, vimos as nossas intenções goradas já que, de acordo com a interpretação da lei feita pelo departamento jurídico desse gabinete, não era elegível o investimento caso se destinasse à produção de energia eléctrica para injeção na rede pública. Embora discordássemos com a interpretação referida, tivemos que nos conformar com a decisão, tendo os nossos clientes ficado verdadeiramente desanimados com o sucedido e tendo nós arcado com todas as despesas que tivéramos com a divulgação da medida e com a preparação das candidaturas que chegámos a enviar dentro dos prazos estabelecidos. Aquando desta reprovação fomos, entretanto, dito que, no âmbito do ProDer (QCA de 2007 a 2013) esse tipo de investimento com a venda da energia à rede iria ser viável, em legislação a publicar brevemente.

Assim, em 8 de Maio de 2009 é publicada em Diário da República a Portaria 482/2009, com o Regulamento de Aplicação da Acção nº1.1.2 do ProDer "Investimentos de Pequena Dimensão". De acordo com esta portaria, são elegíveis os investimentos em equipamentos de produção de energia, mesmo que para injeção e venda à rede pública; no entanto, e após consultarmos o Gabinete de Planeamento e Políticas, chegámos à conclusão de que o projecto a apresentar deverá ter viabilidade técnica e económica. Como é evidente este ponto não nos preocupa na prática, pois é óbvio que estamos a falar de um investimento que tem a sua viabilidade garantida, conforme atestam todos os estudos económicos sobre o assunto. No entanto, existem alguns "pequenos pormenores" que nos inquietam, porquanto, de acordo com mail recebido do gabinete do ProDer, fomos informados de que "os equipamentos podem ser financiados pelo PRODER, contudo, em termos de projecto só poderá colocar os decréscimos de custos na exploração decorrentes desses investimentos (diminuição de consumo de energia paga). Não poderá colocar como acréscimos de proveitos as vendas à rede no âmbito das licenças de microgeração". Este parecer parece-nos completamente descabido já que, a ser cumprido, vai suceder que o estudo económico subjacente ao projecto de investimento não irá reflectir uma situação real, já que nos veremos obrigados a faltar à verdade e a omitir o facto de estarmos a vender a energia produzida a um preço superior (cerca de seis vezes) ao preço da energia consumida. Pondo as coisas em termos realistas, e dando um exemplo prático teremos que: se um agricultor comprar a energia eléctrica ao preço de 10 cêntimos/kWh e a vender à rede a 60 cêntimos/kWh, com a instalação de um kit fotovoltaico de 4,10 kWp (máximo previsto no DL 323/2007) poderá vender anualmente cerca 5000 kWh num montante de 3.000 euros. No entanto, e para efeito de cálculo previsional da viabilidade económica do projecto, pretende o gestor do programa, que se "faça de conta" que temos uma diminuição da factura energética de 500€ (5.000kWh X 0,10€) e não de 3.000€ como será na realidade. Ou seja, a perspectiva dos promotores de obtenção de mais rendimento com os investimentos propostos, não pode ser espelhada nas contas previsionais do projecto. Isto, como é evidente, vai, na sua maioria, conferir aos projectos inviabilidade económica, o que não é real! Não entendemos qual a lógica subjacente a este princípio, mas com certeza que não é uma lógica de transparência e de honestidade.

Faço esta informação ao V/ grupo parlamentar porquanto V.as Ex.as mostraram interesse pelo assunto aquando da discussão relativa à Portaria 165-C/2009. Não tomo esta iniciativa como projectista profissional nem como agricultor/candidato a estas ajudas: faço-o como cidadão, e é nessa condição que me sinto revoltado pela forma como este governo trata os assuntos. A ideia que me dá é a de que existe um medo terrível de se comprometerem com este assunto, de duplicarem subsídios (o que não se verifica já que os dinheiros da microgeração não saem dos cofres da CE ou dos bolsos do contribuinte, mas sim de uma empresa autónoma e independente – a EDP através da Renováveishora). Por outro lado, dá-me também a triste impressão de que não se trata aqui de desonestidade, mas tão só de falta de transparência e sobretudo falta de competência. Recordo que aquando da discussão da venda de energia à rede através dos incentivos previstos na portaria 165-C/2009, os serviços do MADRP e do PoAgro, mostraram um enorme desconhecimento de todas as regras do funcionamento da microgeração e da legislação em vigor.

Cabe aos partidos da oposição e com assento parlamentar, trazer a lume todas estas situações e dar um contributo construtivo para que estas medidas, acções e promessas de subsídios, deixem de ser apenas isso mesmo e passem a ser redigidas por quem sabe e sem serem sempre desfasadas da realidade em que nos inserimos, por forma a que os agricultores portugueses deixem de ser tratados como cidadãos de 2ª. Trabalho há muitos anos ligado à elaboração de projectos e candidaturas no Âmbito da agricultura e nunca se me deparei com uma situação semelhante à deste ProDer. A nossa vizinha Espanha, que tem os mesmos timings que Portugal, em termos comunitários, já tem distribuído neste momento quase 50% de todas as verbas disponíveis para o período 2007/2013. Eu tenho projectos aprovados que apresentei na 1ª candidatura da medida 1.1.1 do ProDer, que encerrou a 25 de Julho de 2008, cujos contratos de atribuição de ajudas ainda não foram enviados aos promotores (muito menos disponibilizados quaisquer verbas). Fruto da criação de critérios muito "simplex" também tive, pela primeira vez, uma taxa de reprovação de candidaturas mais do que dez vezes superior ao que me sucedeu em anteriores quadros comunitários de apoio.

Sem querer divagar mais, senti-me na obrigação de partilhar esta informação com o vosso grupo parlamentar, no sentido de vos informar e também de solicitar que, dentro das vossas possibilidades, façam o que estiver ao vosso alcance para corrigir estas debilidades governativas. - Esta mensagem é assinada por um Eng. Agrícola pela UTAD, em 1986, João Paulo Pacheco

Intervenção

Deputado Fernando Antunes

3 de Julho de 2009

Petição nº 430/X

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A Petição nº 430/X traz-nos um tema que faz parte intrínseca e permanente das preocupações das famílias portuguesas que vivem com preocupação este desafio geracional de compatibilização da sua responsabilidade familiar com os seus horários de trabalho.

O PSD exprime aos peticionários o enorme sentido de justiça pelo extraordinário movimento de solidariedade nacional que representam e saúda-os pelas propostas que aqui trazem e que pretendem transmitir à Assembleia da República e ao Governo que as Instituições Particulares de Solidariedade Social são essenciais para a concretização do papel do Estado no apoio à família e ao ajustar social das comunidades.

Sem elas o Estado seria completamente impotente e os flagelos do abandono, da fome e da solidão seriam devastadores face à realidade económico-social do nosso País, agora agravada por uma crise que atinge drasticamente milhares de famílias portuguesas às quais

Faltam, em muitos casos, meios para garantir compromissos assumidos, para acompanhar e cuidar dos filhos ou apoiar os mais idosos no seu caminhar de isolamento que faz da sua solidão a razão do seu maior sofrimento.

O Governo devia respeitar e valorizar muito mais o seu trabalho, reforçar-lhes os apoios e fazer delas parceiros privilegiados. É tudo isso que o governo não faz!

A motivação desta petição entronca na falácia socialista de que a escola a tempo inteiro resolve os problemas dos pais e mães que, felizmente com emprego têm também felizmente filhos pequenos em idade escolar.

Essa escola a tempo inteiro só pode existir na cabeça imaginativa de uma Ministra da Educação que acha que fez, nesta legislatura, grandes reformas na educação.

A senhora ministra esquece que foi a protagonista, pela negativa, da transformação da Escola pública no maior foco de instabilidade para professores, alunos e famílias.

O PSD entende que o prolongamento do horário escolar nas escolas do 1º ciclo com actividades de enriquecimento até



às 17,30h, teve medidas muito positivas mas chamar-lhe escola a tempo inteiro é desconhecer o dia a dia que atormenta as famílias que saem de casa bem antes das nove e chegam tarde e a más horas.

O PSD acompanha a preocupação implícita nesta petição subscrita por muitas IPSS portuguesas já que a política seguida e articulada entre o Ministério da Educação e o Ministério do trabalho, tem vindo pouco a pouco a destruir toda uma estrutura de apoio às crianças e às famílias, consolidada no terreno com os ATL- Actividades dos tempos livres.

É uma perda efectiva para o País destruir uma estrutura que promove actividades de enriquecimento curricular a tempo inteiro e que é uma contribuição efectiva da sociedade civil.

E é também mais um passo da teia centralizadora que tanto apaixona este governo.

O PSD saúda aqui as IPSS portuguesas lembrando que são fundamentais para a promoção das políticas sociais de apoio às populações e neste contexto, às crianças portuguesas.

Disse

Requerimento do Deputado Miguel Almeida

Assunto: Nomeações para cargos na Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Centro
Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

O Decreto-Lei nº 134/2007, de 27 de Abril, veio aprovar a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs).

Na sequência da publicação deste diploma caducaram as nomeações de cargos de chefia e intermédios das CCDRs, tendo na CCDR/Centro ficado vagos 22 lugares.

Ora, os concursos para estes novos postos deveriam ter sido abertos no espaço de 2 meses após a publicação da referida legislação. O que, contudo, não veio a suceder.

Diversamente, apenas na segunda metade do ano de 2008 é que se deu início ao planeamento desses concursos e, conseqüentemente, só em 2009 é que foram os mesmos abertos, o que suscitou publicamente várias críticas.

Entretanto, tendo os concursos sido abertos, decorreram os mesmos até ao momento presente, o que originou diversas observações e críticas devido ao facto de se estar apenas a cerca de 3 meses das eleições legislativas. Mas não apenas por este motivo.

Também entre os funcionários da CCDR/Centro se instalou o descontentamento relativamente a este processo por considerarem existir uma inadequação entre a natureza dos cargos a prover e a formação académica dos candidatos que acabaram por conquistar os lugares a concurso. E estes funcionários vão mesmo mais longe denunciando haver uma ideia generalizada, no seio da CCDR/Centro, de que mesmo antes de os concursos chegarem ao fim já se saber quem vai ganhar. E, invariavelmente, tratar-se-á quase sempre de cidadãos ligados ao Partido Socialista que, alegadamente, concitarão, por essa razão, as simpatias e as preferências do júri.

Ora, acontece que o júri destes concursos é presidido pelo Sr. Presidente da CCDR/Centro, o Prof. Alfredo Marques que, curiosamente, é a mesma pessoa que sanciona, a posteriori, a homologação das listas dos candidatos que ele previamente seleccionou.

Este titular tem vindo a defender-se argumentando presidir à CCDR/Centro há cerca de 3 anos e meio, tratar-se este processo de escolha concursal de um “processo longo e complexo” mas que, todavia, tem vindo “a decorrer sem percalços e sob a avaliação de equipas de júris”, segundo ele, “acima de qualquer suspeita”.

Por outro lado, às críticas de que os candidatos escolhidos são, as mais das vezes, pessoas ligadas ao Partido Socialista e sem qualificações para os cargos e funções a prover que, ainda por cima, acabam por arredar os candidatos, muito melhor qualificados, dos quadros da própria CCDR/Centro, o Presidente da instituição responde apenas que “as pessoas deveriam aceitar as escolhas que os júris fazem” e que jamais lhe passaria pela cabeça “contestar uma escolha em que tivesse sido preterido por um júri altamente qualificado”.

Só que, em matéria de funções públicas, não basta ser sério, como a mulher de César... Há que, também, parecê-lo... E, nesta selecção, levada a cabo pela CCDR/Centro tudo se afigura, no mínimo, muito estranho em termos de timings, de procedimentos e de escolhas.

Assim sendo,

Pergunta o Deputado abaixo-assinado, através de V. Exa., ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição e do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, se:

- 1- Considera transparentes e adequados os timings e os procedimentos para a selecção dos novos quadros intermédios e de chefia da CCDR/Centro?
- 2- Considera adequado e legítimo que, nos procedimentos concursais para a escolha dos novos quadros intermédios e de chefia da CCDR/Centro, seja o presidente desta instituição a homologar a selecção dos candidatos e, posteriormente, o mesmo presidente a validar tais escolhas? - Miguel Almeida



Declaração Política do PSD Deputado Jorge Costa, 8 de Julho de 2009

Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados:

Temos um Governo em fim de ciclo e à medida que o tempo passa assistimos ao acelerar do desmoronamento das políticas e estratégias seguidas.

O resultado das apostas erradas revela-se agora na sua verdadeira dimensão.

A aposta nas obras faraónicas constituiu uma perda de tempo e um desperdício de recursos públicos em projectos sem resultados imediatos ou de curto prazo na nossa economia, em vez de se apostar nas obras de proximidade, geradoras de emprego real e de aumento significativo da actividade económica para as empresas nacionais, sobretudo para as PME.

O aeroporto, deixou de ser onde era para ser - qual profissão de fé - e passou a ser onde afinal já não vai ser. E assim se gastou tempo e dinheiro dos contribuintes.

O TGV, qual panaceia para todos os males, abrandou, baixou a vitesse, e parou na estação em que aguardará por novos tempos. Entretanto, pelo caminho, gastou-se tempo e dinheiro dos contribuintes em grandes acções de propaganda.

Ao mesmo tempo, no segredo dos gabinetes urdiam-se os esquemas que permitissem contornar a lei e adjudicar sem concurso público fornecimentos de centenas de milhões de euros.

A FCM - Fundação para as Comunicações Móveis é o fantasma que o Governo criou para se furtar ao concurso público para a aquisição de computadores para os programas e-escolas e e-escolinhas.

Não é só o PSD que o afirma. Também a Comissão Europeia acusa o Governo de não cumprir a legislação comunitária.

A Comissão Europeia notificou o Governo, em Fevereiro, dando-lhe prazo de 60 dias para responder. Diz a Comissão, na sua notificação, que “considera que o FSI – Fundo para a Sociedade de Informação constitui um organismo integrado no MOPTC e que os contratos de fornecimentos de computadores dizem respeito a contratos públicos de fornecimentos nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 1º da



Directiva 2004/18/CE”.

Refere ainda a Comissão que “a entidade adjudicante utilizou, na aquisição dos bens em questão, recursos financeiros resultantes de contribuições devidas pelos três operadores de telecomunicações como contrapartida da obtenção de licenças para a exploração de sistemas de telecomunicações internacionais móveis de terceira geração”.

E, conclui a Comissão, “com as contribuições financeiras entregues ao FSI, os três operadores exoneram-se de uma obrigação pecuniária contraída em relação ao Governo, como aliás tal foi reconhecido pelo Ministro das Finanças, o que nos leva a qualificar tais contribuições com fundos públicos. Resulta assim, refere a Comissão, que ao adjudicar por ajuste directo os contratos para o fornecimento de 1 140 000 computadores as autoridades portuguesas infringiram as regras constantes da Directiva”.

Ou seja, não vale a pena continuar a esconder a tramóia!

Está claro que o Governo usou um truque para se furtar ao concurso público.

E quando percebeu que a Comissão Europeia não ia aceitar o esquema do seu Fundo para a Sociedade de Informação, “convidou” os operadores privados e criou a Fundação para as Comunicações Móveis, uma fundação de direito privado. Uma verdadeira operação de maquilhagem que visa contornar a notificação da Comissão Europeia. Só que os protagonistas são os mesmos do Fundo.

Uma Fundação de direito privado mas controlada pelo Ministério. Cedeu-lhe instalações do próprio Ministério, no-

meu os seus dirigentes, colocou os seus assessores ao serviço dessa Fundação e atribuiu-lhe fundos públicos provenientes quer dos operadores quer da ANACOM.

Tudo isto numa Fundação privada, que tem como finalidade estatutária financiar e subsidiar projectos do Estado.

Uma Fundação privada que detém a possibilidade, também prevista nos estatutos, de subsidiar e financiar qualquer pessoa colectiva ou qualquer pessoa singular. Repito – subsidiar ou financiar qualquer pessoa colectiva ou qualquer pessoa singular.

Uma Fundação privada que subsidia e financia projectos do Estado com dinheiro do Estado. Uma fundação privada que pode subsidiar e financiar qualquer pessoa singular e colectiva, com dinheiros públicos.

Uma Fundação privada que em Outubro de 2008 e Abril de 2009 recebeu dinheiro público, 36 milhões de euros dos resultados da ANACOM.

Uma Fundação privada mas que usa dinheiros públicos e que em Novembro de 2008 foi encarregada pelo MOPTC de assegurar a gestão do programa e-escolas.

Uma Fundação privada para permitir ao Estado furtar-se ao concurso público.

Desta forma quem compra os computadores Magalhães são os operadores. Sempre à mesma empresa, indicada pelo Estado, que não se coibiu de definir as características técnicas dos computadores por forma a que assentem, que nem uma luva, nas dos computadores produzidos por uma única empresa.

Uma Fundação privada mas que usa

dinheiro público que depois, mais tarde – e parece que tarde e a más horas – há-de pagar-lhes os computadores que, de um modo supostamente livre, elas decidiram comprar.

São 390 milhões de euros de dinheiro público, sem qualquer controle.

É um escândalo, é uma fraude à lei nacional e comunitária furtar-se à obrigação do concurso público através da celebração de contratos por ajuste directo por interposta pessoa de direito privado. Este artifício tem o claro objectivo de evitar a aplicação de regras nacionais e comunitárias, que obrigariam a concurso público e fiscalização do Tribunal de Contas.

Tratando-se de uma ilegalidade grave que não pode ficar impune, que tem de ser investigada para apuramento de responsabilidades, requeremos a intervenção imediata do Tribunal de Contas para realização de uma auditoria que permita conhecer o destino do dinheiro público, como e em que foi aplicado, que campanhas financiou e como pode o Governo, num dos eixos centrais e mais propagandeados da sua política, dar-se ao despudor de engendrar um esquema ilegal para fugir ao concurso público.

Este Governo não tem qualquer escrúpulo em fugir ao concurso público, a propósito de um dos aspectos mais expostos e alardeados da sua política.

Um Governo incapaz de uma política de verdade, um valor e princípio de que esteve sempre arredado.

O PSD prosseguirá a defesa intransigente duma política de verdade e não deixará de denunciar todos os truques a que o governo recorra. Disse.





Valer nada...

Vasco Graça Moura (*)

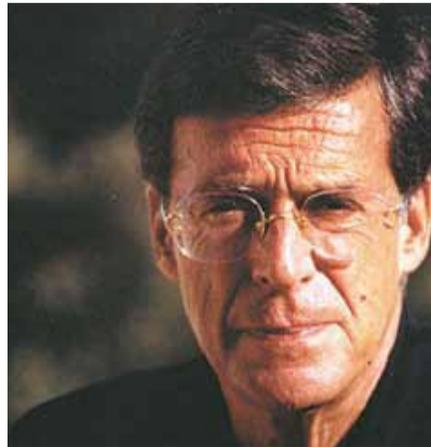
...Não está só desacreditado: o Governo está também completamente desconjuntado. Não governa. Acena com mais umas mirabolâncias para enganar os patetas que desejem ser enganados e já encontra muito poucos. Nesta altura do campeonato, o Governo é incapaz e impotente para tomar seja que medida for. Em crise de ideias salvadoras, o PS copia as propostas da oposição a torto e a direito. Não recua perante a pirueta tonta, a banha de cobra ignóbil, a mentira descarada e os expedientes baratos. Diz e desdiz-se. Desdiz-se e volta a dizer... Finge que avança para recuar, garante em seguida que está tudo em marcha e vem depois reconhecer que afinal não pensa em avançar.

Em torno da grotesca cena parlamentar que levou à demissão do mais singular recoveiro transportador de cheques da nossa história ficou à vista um pouco disso tudo. A simetria em riste com que um ministro, gesticulando, auto-ornamentou a testa espetando os dedinhos enquanto vociferava acabou por ser o dobre de finados. Projectou um episódio menor à escala planetária e, cá dentro, pôs mais à vista as aldrabices de fundo, os falhanços sucessivos, as incompetências acumuladas. Les portugais sont toujours gais... até nas variantes parlamentares do manguito e nas maneiras assaz telepáticas

de os membros do Governo pedirem a demissão ao primeiro-ministro. Estão encostados às tábuas. E fica-se com a ideia de que andam todos à cornada.

O saldo da governação Sócrates e dos seus grandes projectos é este e só este: as megalomanias foram sucessivamente apresentadas como redentoras infalíveis da nossa mísera condição e depois ingloriamente remetidas para o Governo que há-de seguir-se às eleições de Setembro, não vá o Diabo tecê-las, tudo isto ante um coro de interessados, estarecidos com a perspectiva de o negócio ir por água abaixo e de perderem o rico dinheirinho que esperavam amealhar. Os fabulosos resultados proclamados ao longo de três anos em matéria de crescimento, de défice, de dívida externa, etc., etc., apresentam-se tão desgostantemente furados que tanto o primeiro-ministro como alguns dos seus ministros deviam pintar a cara de negro e deixar de aparecer a dizer disparates na televisão e nos jornais. Idem, quanto aos outros projectos salvadores ou criadores de emprego de que parece que nenhum se salva. Idem, quanto aos gastos de dinheiros públicos canalizados à sombra de biombos artificiais e de constelações de pessoas e de interesses tão suspeitas quanto promiscuas.

Idem, quanto às fraudes à Lei evidentes e impudentes. Idem, quanto às



acusações, insinuações, verberações e outras indignidades mal alinhavadas contra a oposição, em especial contra o principal partido dela e contra a sua líder, num atarantamento imbecil que varia na razão directa do pânico em que os socialistas entraram.

Este Governo nunca esteve à altura da nossa realidade nem dos nossos problemas.

Este Governo não esclarece certos negócios e persiste em não apresentar documentos e informações que permitam entendê-los num contexto de transparência e de legalidade.

Este Governo mete os pés pelas mãos e as mãos pelos pés.

Este Governo tenta instalar a lei da selva em se tratando de pré-campanha eleitoral.

Este Governo é absolutamente indecoroso.

Este Governo envergonha Portugal.

De repente, há segmentos do PS que acordaram transformados numa espécie de Agitprop fraldiqueira capitaneada por José Sócrates e pelos seus apaniguados do costume.

Não se trata de discutir ideias importantes nem de analisar programas complexos e bem pensados como base da propaganda elaborada de uma força partidária que se toma a sério.

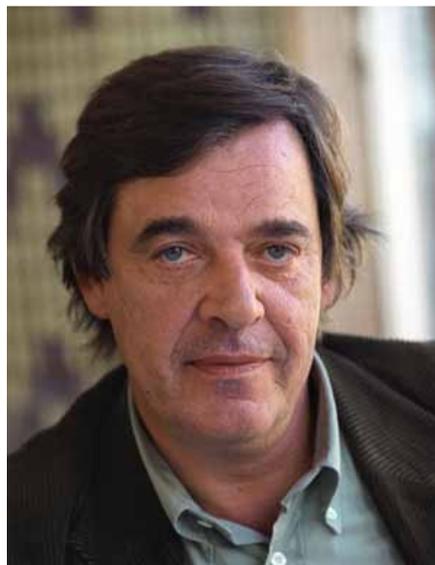
Trata-se de agitar um ramalhete já murcho de banalidades sem consequência ou de inexactidões descaradas, com recurso a expedientes verbais da mais barata retórica de feira, a ver se ainda há em Portugal analfabetos que acreditem na tropa fandanga que os profere. Política para primários e, de preferência, para cabeças graníticas da Idade da Pedra. Política desconjuntada e desconjunturada. Mas com muita imagem de televisão à mistura e, finalmente, umas bajulações e umas ternurências extremosas quanto às pequenas e médias empresas. Vale tudo. Mas é assim que se vê que este Governo vale nada... - (*) Professor Universitário, Escritor, Deputado Europeu

«Esta noite sonhei com Mário Lino...»

Miguel Sousa Tavares (*)

Segunda-feira passada, a meio da tarde, faço a A-6, em direcção a Espanha e na companhia de uma amiga estrangeira; quarta-feira de manhã, refaço o mesmo percurso, em sentido inverso, rumo a Lisboa. Tanto para lá como para cá, é uma auto-estrada luxuosa e fantasma. Em contrapartida, numa breve incursão pela estrada nacional, entre Arraiolos e Borba, vamos encontrar um trânsito cerrado, composto esmagadoramente por camiões de mercadorias espanhóis. Vinda de um país onde as auto-estradas estão sempre cheias, ela está espantada com o que vê:

- É sempre assim, esta auto-estrada?
- Assim, como?
- Deserta, magnífica, sem trânsito?
- É, é sempre assim.
- Todos os dias?
- Todos, menos ao domingo, que sempre tem mais gente.
- Mas, se não há trânsito, porque a fizeram?
- Porque havia dinheiro para gastar dos Fundos Europeus, e porque diziam que o desenvolvimento era isto.
- E têm mais auto-estradas destas?
- Várias e ainda temos outras em construção: só de Lisboa para o Porto, vamos ficar com três. Entre S. Paulo e o Rio de



Janeiro, por exemplo, não há nenhuma: só uns quilómetros à saída de S. Paulo e outros à chegada ao Rio. Nós vamos ter três entre o Porto e Lisboa: é a aposta no automóvel, na poupança de energia, nos acordos de Quioto, etc. - respondi, rindo-me.

- E, já agora, porque é que a auto-estrada está deserta e a estrada nacional está cheia de camiões?

- Porque assim não pagam portagem.

- E porque são quase todos espanhóis?
- Vêm trazer-nos comida.
- Mas vocês não têm agricultura?
- Não: a Europa paga-nos para não ter. E os nossos agricultores dizem que produzir não é rentável.

- Mas para os espanhóis é?
- Pelos vistos...

Ela ficou a pensar um pouco e voltou à carga:

- Mas porque não investem antes no comboio?

- Investimos, mas não resultou.
- Não resultou, como?
- Houve aí uns experts que gastaram uma fortuna a modernizar a linha Lisboa-Porto, com comboios pendulares e tudo, mas não resultou.
- Mas porquê?

- Olha, é assim: a maior parte do tempo, o comboio não 'pendula'; e, quando 'pendula', enjoo de morte. Não há sinal de telemóvel nem Internet, não há restaurante, há apenas um bar infecto e, de facto, o único sinal de 'modernidade' foi proibirem de fumar em qualquer espaço do comboio. Por isso, as pessoas preferem ir de carro e a companhia ferroviária do Estado perde centenas de milhões todos

os anos.

- E gastaram nisso uma fortuna?
- Gastámos. E a única coisa que se conseguiu foi tirar 25 minutos às três horas e meia que demorava a viagem há cinquenta anos...

- Estás a brincar comigo!
- Não, estou a falar a sério!
- E o que fizeram a esses incompetentes?

- Nada. Ou melhor, agora vão dar-lhes uma nova oportunidade, que é encherem o país de TGV: Porto-Lisboa, Porto-Vigo, Madrid-Lisboa... e ainda há umas ameaças de fazerem outro no Algarve e outro no Centro.

- Mas que tamanho tem Portugal, de cima a baixo?

- Do ponto mais a norte ao ponto mais a sul, 561 km.

Ela ficou a olhar para mim, sem saber se era para acreditar ou não.

- Mas, ao menos, o TGV vai directo de Lisboa ao Porto?

- Não, pára em várias estações: de cima para baixo e se a memória não me falha, pára em Aveiro, para os compensar por não arrancarmos já com o TGV deles para Salamanca; depois, pára em



Coimbra para não ofender o prof. Vital Moreira, que é muito importante lá; a seguir, pára numa aldeia chamada Ota, para os compensar por não terem feito lá o novo aeroporto de Lisboa; depois, pára em Alcochete, a sul de Lisboa, onde ficará o futuro aeroporto; e, finalmente, pára em Lisboa, em duas estações.

- Como: então o TGV vem do Norte, ultrapassa Lisboa pelo sul, e depois volta para trás e entra em Lisboa?

- Isso mesmo.

- E como entra em Lisboa?

- Por uma nova ponte que vão fazer.

- Uma ponte ferroviária?

- E rodoviária também: vai trazer mais uns vinte ou trinta mil carros todos os dias para Lisboa.

- Mas isso é o caos, Lisboa já está congestionada de carros!

- Pois é.

- E, então?

- Então, nada. São os especialistas que decidiram assim.

Ela ficou pensativa outra vez. Manifestamente, o assunto estava a fasciná-la.

- E, desculpa lá, esse TGV para Madrid vai ter passageiros? Se a auto-estrada está deserta...

- Não, não vai ter.

- Não vai? Então, vai ser uma ruína!

- Não, é preciso distinguir: para as empresas que o vão construir e para os bancos que o vão capitalizar, vai ser um negócio fantástico! A exploração é que vai ser uma ruína - aliás, já admitida pelo Governo - porque, de facto, nem os especialistas conseguem encontrar passageiros que cheguem para o justificar.

- E quem paga os prejuízos da exploração: as empresas construtoras?

- Naaaão! Quem paga são os contribuintes! Aqui a regra é essa!

- Que país o vosso! Mas qual é o argumento dos governos para fazerem um TGV que já sabem que vai perder dinheiro?

- Dizem que não podemos ficar fora da Rede Europeia de Alta Velocidade.

- O que é isso? Ir em TGV de Lisboa a Helsínquia?

- A Helsínquia, não, porque os países escandinavos não têm TGV.

- Como? Então, os países mais evoluídos da Europa não têm TGV e vocês têm de ter?

- É, dizem que assim entramos mais depressa na modernidade. Fizemos mais uns quilómetros de deserto rodoviário de luxo, até que ela pareceu lembrar-se de qualquer coisa que tinha ficado para trás:

- E esse novo aeroporto de que faleste, é o quê?

- O novo aeroporto internacional de Lisboa, do lado de lá do rio e a uns 50 quilómetros de Lisboa.

- Mas vocês vão fechar este aeroporto que é um luxo, quase no centro da cidade, e fazer um novo?

- É isso mesmo. Dizem que este está saturado.

- Não me pareceu nada...

- Porque não está: cada vez tem menos voos e só este ano a TAP vai cancelar cerca de 20.000. O que está a crescer são os voos das low-cost, que, aliás, estão a liquidar a TAP.

- Mas, então, porque não fazem como se faz em todo o lado, que é deixar as companhias de linha no aeroporto principal e chutar as low-cost para um pequeno aeroporto de periferia? Não têm nenhum

disponível?

- Temos vários. Mas os especialistas dizem que o novo aeroporto vai ser um hub ibérico, fazendo a trasfega de todos os voos da América do Sul para a Europa: um sucesso garantido.

- E tu acreditas nisso?

- Eu acredito em tudo e não acredito em nada. Olha ali ao fundo: sabes o que é aquilo?

- Um lago enorme! Extraordinário!

- Não: é a barragem de Alqueva, a maior da Europa.

- Ena! Deve produzir energia para meio país!

- Praticamente zero.

- A sério? Mas, ao menos, não vos faltará água para beber!

- A água não é potável: já vem contaminada de Espanha.

- Já não sei se estás a gozar comigo ou não, mas, se não serve para beber, serve para regar - ou nem isso?

- Servir, serve, mas vai demorar vinte ou mais anos até instalarem o perímetro de rega, porque, como te disse, aqui acredita-se que a agricultura não tem futuro: antes, porque não havia água; agora, porque há água a mais.

- Estás a dizer-me que fizeram a maior barragem da Europa e não serve para nada?

- Vai servir para regar campos de golfe e urbanizações turísticas, que é o que nós fazemos mais e melhor.

Apesar do sol de frente, impiedoso, ela

tirou os óculos escuros e virou-se para me olhar bem de frente:

- Desculpa lá a última pergunta: vocês são doidos ou são ricos?

- Antes, éramos só doidos e fizemos algumas coisas notáveis por esse mundo fora; depois, disseram-nos que afinal éramos ricos e desatámos a fazer todas as asneiras possíveis cá dentro; em breve, voltaremos a ser pobres e enlouqueceremos de vez. Ela voltou a colocar os óculos de sol e a recostar-se para trás no assento. E suspirou:

- Bem, uma coisa posso dizer: há poucos países tão agradáveis para viajar como Portugal! Olha-me só para esta auto-estrada sem ninguém! - (*) Jurista, Jornalista, Escritor (©)

Artigo de Opinião

«Chão da Lagoa» sempre NOVO!

Alberto João Jardim (*)

No Domingo, 26 de Julho, há «Chão da Lagoa».

Erraram os que olharam para esta Festa da Autonomia e das Liberdades do Povo Madeirense, como uma mera liturgia repetitiva.

E enganaram-se, porque todos os anos e dada a evolução constante das conjunturas internas e externas ao País, esta manifestação de massas, um Direito cívico do Povo Madeirense, faz como que um «ponto de situação» às condicionantes envolventes da vida do arquipélago.

«Ponto de situação» que não reside apenas nos conteúdos dos discursos.

Sendo a Festa do Chão da Lagoa, uma manifestação essencialmente interclassista, à boa maneira da Doutrina personalista do Partido Social Democrata bem como do espírito que incutiu no Movimento Autonomista, obviamente que todos os que ali vão, têm as suas perspectivas próprias, pessoais, de avaliação da conjuntura.

E manifestam-na com inteligente actualidade, desde a simples troca de impressões, à manifestação do bom humor em clima de festa, vivendo o espírito de cada um, uma consciência responsável.

Mais. Aí se enriquecem sugestões, resultantes de um diálogo de convívio são, que se irão traduzir em novos e eficazes contributos para o Bem Comum.

Portanto, cada «Chão da Lagoa» é um acontecimento novo, na medida em que decorre, todos os anos, num quadro político diferente e com os novos temas que se vão propiciando.

E quando antecede eleições, como agora as nacionais e as autárquicas, o empenho é redobrado, visto que, nesse dia, na Festa e apesar da Festa, muita coisa fica assente, muita iniciativa planeada.

Prova desta dinâmica, é a atenção que todos os anos, a nível nacional, a Festa merece, nem sequer conseguindo censurá-la aqueles meios de comunicação dita «social» que, na Região ou fora dela, envergonham o Jornalismo com o recurso



a processos sujos, sempre com o pretexto anti-democrático e profissionalmente impróprio de «militantismo político» de pseudo-«esquerda».

Até dá gozo, todos os anos, vê-los retirar uma ou duas coisas dos contextos abordados, para com isso fazerem uma gritaria tipo «aquí d'el-rei», a que por cá ninguém liga e, por lá, dois ou três dias depois, também vêm que é tempo perdido insistir.

Esta dinâmica, também feita da novidade que cada ano constitui sempre, é uma das bases do sucesso de todas as vezes.

Mas há constantes que o tempo frutifica.

Primeira, o forte sentimento autonomista que une todos os participantes, independentemente das respectivas opções partidárias, feito da consciência de que esta manifestação da força e da vontade do Povo Madeirense, é essencial para a defesa dos nossos Direitos, Liberdades e Garantias.

Segunda, a cultura e a prática da De-

mocracia, resultantes não só da opção livre e responsável de ali comparecer, mas de um forte laço de solidariedade entre todos os que amam a nossa terra e para esta têm Ideais e ambições legítimas, independentemente de gerações, estatutos profissionais, habilitações académicas ou situação financeira. O interclassismo que faz a Democracia e que consolida o evoluir da Autonomia Política.

Que orgulho naquela imensa massa humana, todos gente de Trabalho!

Este «Chão da Lagoa» mais uma vez será diferente.

A situação em que os socialistas, dia-a-dia, afundam o nível e a qualidade de vida de todos os Portugueses.

O garrote colonial imposto ao Povo Madeirense, apesar de Este se ter pronunciado democraticamente, nas urnas, contra tal vilania.

A indecisão sobre o amanhã, que paira no Continente, contrariamente ao que o Povo Madeirense sabe pretender para o nosso futuro, e que a ninguém é democraticamente lícito obstaculizar.

Por isto, recebemos com grande satisfação todos os Portugueses do Continente que, ano a ano, se juntam à Festa. A comungar connosco do espírito activo de mudança, imprescindível para que Portugal tenha um futuro capaz.

É por isto que abraçamos todos os Madeirenses e Portossantenses que em férias, vindos das nossas Comunidades, também ali estão no mesmo Ideal Autonomista e para levar a Mensagem por esse mundo fora.

Apesar de em Festa, muito do que ali se trata e dialoga, todos os anos, é bem sério.

O que alguns, desgraçadamente para eles, não entendem.

Mas é a Festa que a Cultura do Povo Madeirense sabe ser o estado de Alma que, em quase seis séculos de História, nos fez VENCER sempre. - (*) Jurista, Presidente da CPR da Madeira, Presiden-

Campo de Férias para mais velhos

A Câmara realiza o Campo de Férias (Re) Viver a Idade nos dias 14, 15, 16, 21 e 22 de Julho em vários locais, que integra a dinamização de diversas actividades de âmbito educacional, cultural, recreativo, desportivo, de lazer e turismo.

Promovido pelo Município de Aveiro, o Campo de Férias “(Re) Viver a Idade” consiste numa edição da Acção “Vivências +” do Programa Integrado de Valorização de Bairros – projecto “(Re) Viver”, dirigido à população idosa carenciada, residente em Habitação Social, e do Projecto “Viver a Idade” direccionado a toda a população em geral e idosos, em particular.

Assim sendo, no total vão participar 100 idosos. No dia 14 de Julho, vão visitar o Museu do Pão, em Seia; no dia seguinte, dia 15, vão assistir ao filme “Amália” da parte da manhã, e à noite, pelas 20.00 horas, vai haver Baile Temático no Mercado Manuel Firmino. A 16 decorrerá uma demonstração e aula de Boccia na Escola EB 2,3 Castro Matoso, em Oliveirinha. O Mercado Manuel Firmino voltará a receber estes idosos durante todo o dia 21 onde irá decorrer com um workshop de dança, aula de ginástica e baile. Por fim, o Campo de Férias promove um pic-nic em São Jacinto durante todo o dia.



social provenientes de contextos socio-económicos desfavorecidos e tem como objectivos valorizar o papel do idoso na sociedade, combater mecanismos de isolamento, exclusão e auto-exclusão social, fortalecer redes de sociabilidade e de laços comunitários, promovendo a ocupação do tempo livre da população idosa, através da constituição de um espaço de convívio, que integra a dinami-

agradecidos por este reconhecimento que é não só para todo o Município, mas também para toda a Rede Social, instituições e nossas técnicas de Acção Social e Habitação Social. É um galardão a toda uma equipa e quero apenas recordar que o Pelouro de Acção Social, com este Executivo, passou a chamar-se Assuntos Sociais e Família o que implicou, desde logo na agenda dos actos de governação municipal, a centralidade da família”.

No total candidataram-se 78 Municípios, tendo sido aceites 55 questionários e apenas 13 foram seleccionados. O novo conceito de “Autarquias Familiarmente Responsáveis”, que substituiu o de “Autarquias Amigas da Família”, sendo mais amplo, contempla duas dimensões importantes das políticas sociais de família: - Autarquia Familiarmente Responsável enquanto entidade empregadora, que adopta medidas facilitadoras de conciliação de vida familiar e laboral e Autarquia Familiarmente Responsável para os munícipes, adoptando medidas facilitadoras da vida familiar dos seus munícipes, em particular para as famílias que, desejando ter três ou mais filhos, são as que, na realidade colaboram no combate ao crescente envelhecimento e desertificação demográfico.

Importa referir ainda que o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, criado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas tem como objectivos principais acompanhar, galardoar e divulgar as melhores práticas das autarquias portuguesas em matéria de responsabilidade familiar.

Esta iniciativa surge na sequência do inquérito realizado em Janeiro de 2009, junto de todos os municípios do país para fazer o levantamento exaustivo das boas práticas existentes, nas diversas áreas de intervenção, tais como, apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação e urbanismo, transportes, cultura, desporto, lazer e tempo livre, cooperação, relações institucionais e participação social, facilitadores de uma política familiarmente responsável e responsabilidade familiar

dentro da Autarquia.

“Festa da Ria – Aveiro 250 Anos”

Vai ser realizada, de 17 a 16 de Julho. A “Festa da Ria – Aveiro 250 Anos”, em vários espaços da cidade.

A “Festa da Ria – Aveiro 250 Anos”, promovida pela Autarquia Aveirense, visa comemorar os 250 anos de Aveiro a Cidade, potenciando as mais valias da Ria de Aveiro e do Barco Moliceiro com a realização de diversas actividades junto à Ria – zona do Rossio – e outras que se desenrolarão nos canais, como sejam, a Regata de Barcos Moliceiros, o segundo Raid Catamarãs “Ria de Aveiro” e o “Pé d’Água – Desfile de Moda”.

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da realização da Grande Regata de Moliceiros que terá lugar sábado, dia 18 de Julho, com partida da Torreira pelas 14.30 horas e chegada prevista às 16.00.

A Regata de Moliceiros vai contar com a participação de cerca de 20 Barcos Moliceiros e de seis réplicas. Ao longo de toda a tarde, a Ria de Aveiro ficará mais bonita com o desfile dos Barcos Moliceiros com as suas velas enfunadas e proas pintadas que vão proporcionar excelentes e únicas imagens, potenciando as mais valias da Ria de Aveiro e do Barco Moliceiro.

Desde a Torreira até ao Canal Central, em Aveiro, será possível assistir a este concurso dos barcos típicos da Região de Aveiro. No dia seguinte, as proas das embarcações participantes serão avaliadas através do Concurso de Painéis e poderão ser apreciadas por todos os que visitarem a zona do Rossio.

O vencedor da Regata receberá um prémio no valor de 150,00 euros, contudo cada participante com Barco Moliceiro receberá 300,00 euros e com réplica, 180,00 euros. Aos donos das embarcações que apresentarem pinturas novas nos painéis, será dado 450,00 euros e ao vencedor do Concurso de painéis será entregue 200,00 euros.



Importa referir que o Projecto “Viver a Idade” foi criado no sentido de colmatar algumas lacunas existentes na área da terceira idade, através da promoção de iniciativas conjuntas, com vista à sensibilização da sociedade para a importância e valorização da população sénior, numa perspectiva de cidadania activa, e na fundamentação da partilha de experiências e saberes contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Por seu lado, o Programa Integrado de Valorização de Bairros – Projecto (Re) Viver, iniciado em 2007, procura investir na dinamização de actividades destinadas à população idosa residente em Habitação Social. Assim, este projecto é direccionado a 50 idosos e/ou pensionistas residentes em Habitação

zação de actividades lúdicas, recreativas e culturais, usualmente, inacessíveis a esta população.

Aveiro recebeu galardão da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

A Câmara recebeu no dia 8 de Julho, na sede da Associação Nacional de Municípios em Coimbra, com a presença do Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Sociais e Família, Miguel Capão Filipe, o galardão “Autarquias Mais Familiarmente Responsáveis”.

Em conjunto com mais 12 Municípios Portugueses, Miguel Capão Filipe recebeu a bandeira revelando que “estamos



No dia seguinte, pelas 14.00 horas, no Rossio, serão divulgados e entregues os prémios aos vencedores da Regata e do Concurso de Painéis.

A festa da Ria

Este evento é uma oportunidade para a divulgação das actividades ligadas à Ria

de Aveiro. Assim, realizam-se no mesmo período, uma Mostra de Artesanato de Verão onde os artesãos da região podem expor os seus trabalhos e, durante três dias a Feira Internacional do Sal, onde estarão representados os principais países produtores de sal artesanal.

O Canal dos Botirões vai ser, pela primeira vez, o palco do “Pé d’Água –

Desfile de Moda” com a participação de Cláudia Vieira e Pedro Teixeira e de três estilistas aveirenses: Celsus, Joel Reigota e Luís Onofre. O Rossio receberá vários espectáculos ao longo da semana, com a presença de grupos etnográficos da região, grupos de danças do mundo e música tradicional.

O programa, que pode ser consultado

em www.cm-aveiro.pt, terá início a 17 de Julho e estender-se-á até ao dia 26 do mesmo mês.

Vale a pena fazer uma pesquisa na sua Internet, pois o programa é vasto, interessante e com algo para todos e todas as idades

- CM Aveiro

Notícias de Braga

Sobre a inevitável “enésima” recandidatura do Dinossauro Autarca Socialista

O anúncio da recandidatura de Mesquita Machado não surpreendeu nem a Comissão Política de Secção do PSD de Braga nem os Bracarenses.

Ao longo do último mês temos assistido a um afã eleitoralista bem ao estilo das candidaturas de antigamente, hoje totalmente em desuso e reprovadas pelos cidadãos. São lançamentos de primeiras pedras de obras eternas, são inaugurações de obras por acabar, tudo com enorme foguetório e lanches oferecidos às populações. É caso para perguntar se Mesquita Machado teme que se aparecer às populações sem nada para oferecer não tenha quem ouça as suas sempre iguais promessas.

Ora, se a Comissão Política de Secção do PSD de Braga saúda democraticamente o aparecimento de mais um candidato – o que só reforça o leque de escolhas dos cidadãos – não pode deixar de referir que esta é a candidatura que melhor facilita aos Bracarenses a sua escolha.

Por um lado, Mesquita Machado apresenta-se sem ideias, com um modelo de gestão gasto e sem se vislumbrar qualquer poder de iniciativa para melhorar de forma inovadora a qualidade de vida dos Bracarenses. Apresenta-se como de costume: primeiro mentindo aos Bracarenses descaradamente, afirmando que a

anterior tinha sido a última candidatura e surgindo como um homem só, eucalipticamente só, característica de uma forma de gestão sobranceira e tutelar que já não se usa. Esperou por uma vaga de fundo que não surgiu, por vantagens estatísticas que não tem e por isso apostou em inaugurações à moda do antigamente para fazer a sua “velha” campanha.

Por outro lado, Mesquita Machado representa mais do mesmo. Uma gestão autárquica que não corresponde aos verdadeiros anseios das populações, que não tem uma visão estratégica de futuro e que não pratica políticas de proximidade de apoio às famílias, aos mais carenciados, que se esquece da juventude, que não fomenta o investimento, que permite a construção desordenada e que não cria verdadeiros espaços verdes de fruição para todos. Uma gestão que não cuida do património, como é exemplo o parque das Setes Fontes.

Os bracarenses têm por isso que escolher.

Entre mais do mesmo e a candidatura de Ricardo Rio. A única que projecta o futuro com propostas concretas. A candidatura de todos os bracarenses e não apenas de alguns. Um projecto de cidade que apresenta como prioridades a área do património e do urbanismo, da



cultura e do ambiente, do apoio às famílias e do desenvolvimento económico do concelho. Uma candidatura que pretende afirmar Braga no panorama nacional pela positiva.

Em conclusão, a Comissão Política do PSD de Braga saúda democraticamente a candidatura de Mesquita Machado e desafia os Bracarenses a escolher: mais do mesmo ou mais cidade com melhor qualidade de vida. - CPS/PSD-Braga

Ricardo Rio e José Carlos Barbosa traçam um ambicioso projecto para Sequeira

Uma extensa delegação de membros da Coligação “Juntos por Braga”, incluindo os candidatos e actuais membros da Assembleia de Freguesia, percorreu a Freguesia de Sequeira, escrutinando as opções políticas dos últimos quatro anos e as carências que ainda assolam a população.

Novas obras, velhos problemas

O afã eleitoralista da Autarquia revelou-se em toda a sua dimensão nas obras que recentemente foram inauguradas. Uma breve passagem pelo novo campo sintético do Sequeirense F.C. pôs a nu a insuficiência e falta de rigor que marcam as “conquistas” do actual Presidente da Câmara. Já sem surpresa, ainda decorriam ainda trabalhos no campo de futebol de onze, mostrando às claras que,

apesar de inaugurado na passada semana, o recinto estava longe de estar concluído.

As inaugurações virtuais não são o único problema dos Sequeirenses, já que bastou uma curta passagem pelo renovado pavilhão gimnodesportivo para aquilatar das deficiências na concepção e construção dos balneários. Numa obra com uma semana, orçada em cerca de 300 000€, foi com consternação que Ricardo Rio e José Carlos Barbosa sentiram a revolta dos utentes que, fruto da ineficácia total do sistema de ventilação e da exiguidade dos espaços, apelidaram de “autênticas saunas” os balneários reformulados. Por sua vez, a má impermeabilização do piso levava a que a água se infiltrasse já para o andar de baixo.

Daí o desabafo de um dos jogadores: “Valha-nos o piso de jogo...”

Para além das obras mal concebidas ou executadas, a inexistência de infraestruturas supostamente básicas, como é o caso da cobertura deficitária da rede de saneamento, é uma realidade que desmente os cenários idílico-virtuais de que o edil bracarense tantas vezes se vangloria.

Uma mão cheia de projectos

Com ideias muito claras sobre o que pretende para Sequeira, o candidato da Coligação delineou três áreas de intervenção prioritárias – apoio social, lazer e cultura e ainda a aposta na habitação a



preços controlados.

Considerando ser uma obrigação moral da junta prover pela supressão das necessidades dos mais carenciados, José Barbosa declarou-se entusiasmado por poder, enquanto Presidente da Junta, colaborar activamente com aqueles que protagonizem a promoção de projectos de auxílio aos mais idosos e aos que menos podem, em áreas de que a Freguesia muito carece de apoios.

Também o lazer e a dinâmica cultural são vectores estratégicos num objectivo global que é o de criar condições para que os mais jovens se fixem e/ou regressem a Sequeira. O fomento do bem-estar e o aproveitamento de locais abandonados para áreas de fruição dos Sequeirenses constituem “oportunidades imperdíveis” para a concretização daquele objectivo, sublinhou o candidato à Junta.

Ainda na senda da atracção da população jovem, Ricardo Rio e José Barbosa declararam em sintonia o desejo de providenciar soluções conjuntas, entre a Câmara e a Junta, de habitações a custos controlados, projecto “completamente ignorado pelos actuais responsáveis municipais e de Sequeira”.

Mais de 100 pessoas assistiram à apresentação dos candidatos

Reunidos no Restaurante “O Brasileiro”, os apoiantes e representantes da Coligação assistiram entusiasmadamente às intervenções políticas de José Barbosa e Ricardo Rio.

Destacando o “orgulho” que sente por poder liderar um grupo de pessoas com tamanha qualidade e abnegação, José Barbosa verbalizou o sentimento de todo o concelho “É tempo de mudança”, sendo secundado por um efusivo aplauso dos presentes.

Contando com a Presidência de Ricardo Rio para realizar essa mudança, o candidato não enjeitou as dificuldades e demonstrou-se preparado para enfrentar os desafios que a gestão de “uma grande freguesia” põe aos seus responsáveis.

O líder da Coligação “Juntos por Braga” deixou, por seu turno, uma nota de ironia, “aqui todos pagaram o jantar do seu bolso”, destacando a vontade inquebrantável que os Sequeirenses demonstram em tomar as rédeas do seu próprio futuro.

Criticando veementemente a política de “verão quente, mandato ausente” que o edil socialista pôs recentemente em marcha, Ricardo Rio não se mostrou minimamente preocupado com o “lufalufa” da actividade mediática da maioria. “O que não se fez durante 4 anos, não se compensa em 2 meses”, atirou.

Considerando este tipo de postura verdadeiramente ofensivo da inteligência dos Bracarenses, Rio assegurou que jamais se ocorrerá do eleitoralismo primário.

“Em Sequeira, teremos muitas inaugurações para fazer”, garantiu, “mas de projectos que vão ajudar a compensar a Freguesia pelo benefício que resultou para o Concelho do sacrificio de ser esventrada por duas auto-estradas”.

“Para lá das infra-estruturas desportivas que já existem, é importante apostar na cultura, no lazer, no apoio social e na habitação para jovens, enquanto factores de melhoria da qualidade de vida dos Sequeirenses”, sugeriu.



Na ocasião, Ricardo Rio dirigiu uma especial palavra de saudação aos candidatos que lideram as listas da Coligação às Freguesias vizinhas também presentes: “-Hoje, é fundamental olhar para o Concelho para lá dos limites de cada uma das Freguesias pelo que me cumpre felicitá-los por esta demonstração clara do espírito de colaboração e proximidade que teremos que respeitar no exercício dos nossos mandatos.”

O jantar terminou em clima de festa com os presentes a entoarem cânticos e palavras de apoio a José Carlos Barbosa e Ricardo Rio. - Coligação

Reunião com a Associação de Atletismo de Braga: Município tem que contribuir para a diversificação da prática desportiva e para a descoberta de talentos

Decorreu na semana passada uma reunião de trabalho entre a Coligação “Juntos por Braga” e dirigentes da Associação de Atletismo de Braga. O esforço continuado para dar voz às instituições do concelho proporcionou, desta feita, mais um importante contributo para o delinear de intervenções futuras na política desportiva da Câmara Municipal de Braga.

Clubes de Atletismo sofrem com falta de apoios

Ricardo Rio, candidato à presidência da C.M. de Braga, aproveitou para explicar, uma vez mais, os alvos prioritários da sua política desportiva para o Concelho. A aposta na formação, no ecletismo das modalidades e na qualidade das infra-estruturas foi registada com agrado pelos dirigentes da A.A.B., cujas críticas e anseios foram acolhidos com preocupação pelo líder da Coligação.

O presidente da Associação, Dr. Braga dos Anjos, frisou que o que reclama enquanto dirigente não são verbas para a sua Associação. Embora não enjeite contributos da sociedade civil e dos organismos públicos, a prioridade é o apoio à realização de eventos desportivos de referência, através da disponibilização de “infra-estruturas com qualidade, dignidade e adaptadas à realidade do atletismo”.

O estado confrangedor dos clubes de atletismo do concelho, apenas 3 – Sp. De Braga, Escola Mário Silva e Clube de Atletismo de Braga (em risco de fechar) – são motivo de pesar por parte da Associação, que lamenta que a crise

económica tenha sido tão madrastra para este desporto.

Neste contexto foi sublinhada a importância do apoio financeiro por parte da autarquia, que Ricardo Rio enunciou, consubstanciando-se no pagamento das despesas de inscrições e seguros dos atletas da formação, o que, neste caso, estaria até facilitado pela inexistência de pagamento de uma tal quota (com excepção das provas da federação).

Aliás, a infeliz realidade de existirem pouco mais de 100 atletas do concelho (a grande maioria jovens), tornaria qualquer encargo uma gota de água no oceano de megalomanias da actual Gestão Municipal. “Com os milhões de euros que se vão gastar numa necessária piscina olímpica transformada em mais uma obra de regime poder-se-iam certamente renovar equipamentos que há muito carecem de requalificação”, criticou Rio.

O definhar dos clubes da cidade deve-se também “às armas desiguais” que esgrimem contra outras colectividades de concelhos vizinhos, onde o apoio autárquico é uma realidade.

PEB é entrave ao desenvolvimento do atletismo

Lamentando a falta de condições do Parque de Exposições para receber provas de nível nacional e internacional, Braga dos Anjos, admitiu que o frio intenso no Inverno, as infiltrações useiras e vezeiras e a pouca abertura da estrutura administrativa do espaço têm condicionado a realização de vários eventos, bem como a prestação dos próprios atletas bracarenses.

Sendo, ainda assim, “melhor do que nada”, o dirigente não teve dúvidas em apontar a requalificação, ou mesmo a substituição do PEB por outro espaço, como condição decisiva para a restauração dos pergaminhos da modalidade.

À ineptidão do PEB, junta-se a falta de condições do Estádio 1.º de Maio, cujos equipamentos de atletismo se ficam a dever em exclusivo à A.A.B., já que a Autarquia teve apenas a preocupação de fazer a pista (nos inícios dos anos 90), esquecendo o devido apetrechamento técnico.

Também os balneário públicos do estádio não permitem o profissionalismo reclamado pelos atletas, que têm de transportar o seu equipamento para o recinto para não serem assaltados.

Os cuidados com a relva do campo de futebol têm ainda impedido a realização de provas como o lançamento do dardo,

do martelo, disco e peso, que, sem as alternativas anteriormente existentes – o Campo das Camélias era o local onde disputavam – vêm-se empurradas para locais sem as mínimas condições.

Uma das queixas recorrentes das diversas agremiações desportivas do concelho repetiu-se pela boca da A.A.B. Considerando fundamental a elaboração de um regulamento de exploração dos espaços para prática desportiva da Autarquia, Braga dos Anjos não compreende como se podem gerir os equipamentos sem se estipularem critérios claros e objectivos para todos.

Transportes Urbanos esqueceram os atletas

A juntar a todas estas dificuldades acresce o facto de os TUB terem acabado com uma das poucas medidas de apoio aos jovens atletas. “A isenção do pagamento da viagem entre a residência e o local de treinos, hoje inexistente, constituía uma louvável medida de apoio e fomento ao desporto, de reduzidos custos e inestimáveis ganhos societários”, destacou Ricardo Rio, que se prontificou a pugnar junto da empresa municipal pela reintrodução desta medida.

Outro factor que tem vindo a impedir a realização de eventos de recorte nacional e distrital, nomeadamente de provas de corta-mato, é a falta de espaços verdes, lacuna que obrigou os responsáveis da associação a optarem por Guimarães para a sua concretização.

Finalmente foi destacado o papel do Desporto Escolar como viveiro imprescindível de atletas. O líder da Coligação asseverou, a este propósito, que a Autarquia não se pode bastar com a transferência de competências administrativas do Ministério da Educação, devendo ocupar uma posição de destaque na promoção da prática desportiva, incentivando as parcerias com as diferentes federações e associações das diversas modalidades.

Ricardo Rio reafirmou o seu compromisso com o desporto para todos, lamentando a postura despreocupada e casuística com que a edilidade encara o esforço dos clubes do concelho.

“Não podemos continuar a maltratar aqueles que tudo fazem e muito sacrificam para levar o nome de Braga aos quatro cantos do mundo”, afirmou - Coligação



Notícias de Cascais

PSD volta a concorrer à Câmara, em coligação com o CDS

O PSD e CDS/PP vão concorrer, novamente, como coligação às próximas eleições autárquicas, tendo como cabeça de lista António Capucho, que se recandidata ao seu terceiro e último mandato.

O acordo pré-eleitoral foi celebrado no princípio deste mês, pelo presidente da Comissão Política do PSD de Cascais, Ricardo Baptista Leite, e pelo responsável concelhio do CDS/PP, Pedro Morais Soares.

A coligação “Viva Cascais” sustenta que a recandidatura teve por base “a forma extremamente correcta, coesa e eficaz, como a coligação entre os dois partidos funcionou em Cascais nos últimos oito anos”.

“A renovação do acordo é o corolário de uma política de sucesso levada a cabo pela coligação do PSD-CDS/PP”, lê-se no comunicado.

Para o PSD e CDS, a gestão autárquica feita pelo actual presidente António Capucho “mostra que tem vindo a ser realizada uma obra notável em Cascais, no sentido da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento sustentável do concelho”.

A coligação apresenta ainda como candidato à presidência da Assembleia Municipal, António Pires de Lima, que também assume actualmente a mesma função.

A Câmara Municipal de Cascais é liderada há oito anos pela maioria da coligação PSD/CDS-PP, presidida por António Capucho.

Cascais – semana da Juventude 09

Na primeira semana deste mês, os Jardins do Casino Estoril foram palco da “Festa Geração C”, evento organizado pela Câmara Municipal de Cascais para comemorar a Semana da Juventude. O programa da festa integrou teatro performance, fogo-de-artifício e animação com DJ e VJ.

A “Festa Geração C” teve início com a “Paragem urbana”, um teatro performance no âmbito do qual houve um desfile de Máquinas de Rua tripuladas por animadores e actores profissionais em ambiente de festa.

Noite dentro, além da música e muita animação com o Dj Baratta, o melhor Dj Residente de 2008 e residente na discoteca Loft, e Video-Jockeys foir possível dançar ao som das batidas mais conhecidas, num estilo musical acessível e actual.

A noite integrou ainda uma sessão de fogo-de-artifício que fez desta noite uma festa memorável.

Biblioteca Municipal da Parede já pode avançar...

A Câmara adquiriu a última parcela de terreno necessária para construir a



Biblioteca Municipal da Parede. Depois de um longo período a aguardar por um complexo processo de aquisição de duas pequenas parcelas encravadas no terreno municipal, foi possível chegar a acordo com os proprietários de modo a poder avançar-se com o desenvolvimento deste importante projecto cultural para a freguesia de Parede e para o concelho de Cascais.

A ser edificada no Bairro das Caixas, zona central da freguesia de Parede, a futura Biblioteca Municipal da Parede será da tipologia BM3, correspondente a uma área útil de 1900 m2, e irá traduzir-se no maior equipamento desta natureza no concelho de Cascais.

Da autoria do arquitecto João Lucas Dias, o projecto da biblioteca terá uma área de 2.191,50 m2 e enquadra-se no Estudo Urbanístico do Bairro das Caixas, que visa a reconversão e requalificação de uma zona que, apesar da sua qualidade original ao nível de projecto, se encontra actualmente carente de intervenção. Neste estudo urbanístico, pretendeu a Câmara Municipal honrar a memória do Arquitecto Ruy Jervis d’Athouguia autor do projecto original do bairro de habitação social construído por iniciativa municipal e inaugurado em 1958.

Prevista e com projectos em desenvolvimento desde 2001, a construção da Biblioteca da Parede tem sido adiada por dificuldades inerentes aos processos de expropriação de duas pequenas parcelas encravadas no terreno municipal onde a mesma irá ser implementada.

Com a aquisição desta pequena parcela de terreno torna-se, finalmente, possível avançar com o processo de construção da Biblioteca Municipal da Parede, cujo orçamento previsto ronda 8 milhões de euros. Neste momento está em desenvolvimento o projecto de execução de acessos e arranjos exteriores, que se espera estar concluído até ao final do corrente ano. Até ao final de 2009 será lançado

concurso público para construção deste equipamento, cuja obra deverá desrolar-se ao longo de 2010 e 2011.

Com o mote “Criatividade”, o programa da Semana da Juventude integrou o projecto Cascais Art Space que no dia 27 do mes passado, transformou Cascais numa galeria a céu aberto com a apresentação de uma exposição “NEW POP CULTURE”.

O Cascais Art Space foi um projecto de 11 artistas de diferentes áreas, desenho, pintura, pervasive art. e street art que, em conjunto e de uma forma ecléctica, vão executar telas de grande formato para cobrir diversos edifícios do centro da vila. Outras obras, instalações e peças dos artistas foram colocadas nas vias principais do centro de Cascais, desta forma:

» Vestir Cascais – Edifícios intervenionados com Artwork dos artistas da ArtSpace Cascais.

» Circuito de Peças – Peças dos artistas da ArtSpace Cascais, circuito que integra instalações e peças de mobiliário de rua.

» Galeria de Arte / “Open Studio” – Edifício Baía Center, em Cascais - Info-point Semana da Juventude, Galeria Espaço de Produção, exposição e venda.

Centro de Congressos acolheu XXVIII Estoril Jazz

A XXVIII Edição do Estoril Jazz, que este ano irá decorrer no Centro de Congressos do Estoril de 26 de Junho a 5 de Julho contou com a participação de nomes de relevo da cena jazzística internacional.

O concerto de abertura do festival, esteve a cargo do multi-instrumentista James Carter. Na tarde do dia 27 de Junho, o festival recebeu dois concertos: Jazz em Miúdos, interpretado por um grupo de jovens estudantes que adaptaram à língua portuguesa uma série de temas do jazz, e ainda a apresentação do Trio de um

pianista - Jon Mayer. O sábado encerrou com a actuação de Roseanna Vitro, cujo trio contou com a participação especial do pianista Kenny Werner.

No domingo, dia 28 de Junho, sobiu ao palco o pianista Chick Corea, que realiza na mesma noite dois recitais.

No segundo e último fim-de-semana do Estoril Jazz (3, 4 e 5 de Julho) estiveram em palco David Murray com o seu quarteto, um dos maiores saxofonistas/clarinetistas do Jazz moderno, membro fundador do histórico World Saxophone Quartet; o septeto que, sob a chancela Mingus Dynasty, perpetua no tempo a extraordinária obra de mestre Charlie Mingus e ainda o quinteto de Christian McBride.

Também no âmbito do Festival de Jazz, no dia 28 de Junho no Centro de Congressos do Estoril, foi apresentada a obra “Jazz em Cascais – uma história com 80 anos”, da autoria de João Moreira dos Santos. A apresentação esteve a cargo de Daniel Proença de Carvalho.

Cursos Internacionais de Verão de Cascais

No dia 22 de Junho, no Centro Cultural de Cascais, teve lugar a sessão de abertura da XVI edição dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais, que este ano decorreram entre 22 de Junho e 4 de Julho.

“Antes e Depois de Paula Rego: mulheres pintoras em Portugal”, coordenado por Raquel Henriques da Silva e Sandra Leandro e as “As crises do Nosso Tempo”, por Francisco Sarsfield Cabral, fora os principais temas em destaque nesta edição. Os Cursos Complementares são dedicados aos temas “Medicinas Alternativas” e “Património Construído: valor e usos”.

Promovidos Pelo Instituto de Cultura e Estudos Sociais, em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais e a Universidade de Lisboa, os Cursos Internacionais de Verão de Cascais versam temas da actualidade, contando sempre com a colaboração de reputados especialistas que procuram corresponder às naturais exigências do cidadão participante no que concerne à inteligibilidade do mundo que nos rodeia. A direcção foi de José Manuel Tengarrinha.

Entre os oradores convidados contaram-se professores universitários, historiadores e diversos vultos da actualidade cultural portuguesa, tais como Vitor Serrão, João Pinharanda, Dalila Rodrigues, Viriato Soromenho-Marques, entre outros.

Os Cursos de Verão tiveram ainda um conjunto de Serões Musicais e Literários, com destaque para a semana dedicada ao 250º aniversário da morte do compositor George Frideric Händel. – CM/Cascais

Notícias de Lisboa

Pedro Santana Lopes e “Lisboa com sentido”

Na semana passada, Pedro Santana Lopes apresentou a sua candidatura à Câmara de Lisboa, num manifesto/programa intitulado “Lisboa com Sentido”, no qual explanou as suas ideias e sentido programático da sua futura governação da cidade. Dada a extensão do documento, não podemos transcrevê-lo na íntegra, mas daremos alguns pontos mais altos do documento.

*

Governar uma cidade é assumir o sentido da sua História, dar sentido ao seu projecto colectivo e dar sentido à vida das pessoas.

Quem protagoniza esta candidatura não se basta com os programas comuns. Em 2001 foi apresentado um programa denso, pleno de ambição, claro nos objectivos.

Tão claro que os seus adversários decidiram logo tudo fazer para tentar inviabilizar o que o Povo maioritariamente escolheu.

Assumimos, então, como objectivos para Lisboa: Repovoamento, Reabilitação, Parque Mayer, Túneis, Espaços Verdes e Piscinas na Política de Bairros.

E sem Expos, sem empréstimos, sem vendas de património, com muito menos receitas, o trabalho foi feito. Concretizado onde maiorias de outros órgãos não recusaram e onde Presidentes da República não vetaram.

O principal, porém, não foi a obra em si. A Grande Mudança foi fazer, ou lutar por isso, o que fora anunciado nas eleições.

Só por as pessoas saberem que é assim, se tornou possível estarmos aqui, POR UMA LISBOA COM SENTIDO. Que esta prova de afirmação da verdade possa dar força a quem tem de lutar contra a mentira. Tivemos anos com falsidades várias, mas isso não verga quem tem serenidade na sua consciência e determinação nas suas convicções.

A nossa Lisboa com Sentido, passa pelo Ambiente e eficiência energética: uma questão de civilização, já mesmo de sobrevivência. Por isso, a nossa prioridade cimeira.

Repopoamento e reabilitação: uma questão de consciência, pelos deveres que temos com a nossa cidade e com aqueles que lhe querem pertencer.

Acessibilidades e eliminação das barreiras arquitectónicas: uma questão de dever comunitário pelos direitos de todos.

Boa mobilidade e uso sistemático dos transportes públicos: uma questão de método e de qualidade no quotidiano.

Humanidade e inclusão social: uma questão de princípio para quem pense nos que precisam de mais atenção e mais cuidado.

Muito, muito mais há para dizer. Mas, principalmente, para fazer. Com boas contas. Sim, com boas contas. Orçamentando sempre os projectos que vamos apresentar. Com motivação, com orgulho, com entusiasmo.

Porque é sentido o que dizemos: vamos dar sentido às coisas. O sentido da Democracia só existe quando as palavras não são ditas ou escritas em vão. Principalmente, no momento nobre de uma eleição.

Porto, política de Bairros e habitação

/.../ Lisboa não é uma cidade portuária mas tem de ser, também, na defesa dos seus interesses estratégicos e permanentes, uma cidade com porto. Grande porto é Sines, começou há cerca de 40 anos, em 1969, e apesar das profundezas das águas e das profundezas das opções que o fizeram nascer, ainda hoje está a consolidar o seu papel e a sua afirmação.

Por isso defendemos que a zona de Alcântara não pode ser um depósito de contentores como a administração da APL tem tentado impor, mas sim um local onde se equilibrem o turismo de cruzeiro, o lazer dos lisboetas e alguma actividade portuária, deixando para outros locais algumas das operações de atracagem dos navios porta-contentores.

Outro domínio importante na competitividade de Lisboa, como capital económica e política do País, diz respeito à manutenção de uma infra-estrutura aeroportuária nos seus limites territoriais /.../ “Lisboa deve manter um aeroporto mas não deve hostilizar nenhum outro aeroporto construído com equilíbrio, em sistema modular”.



Desde já, aumentando a vida útil do actual Aeroporto, justificando os largos milhões de euros que a empresa do Estado, Aeroportos e Navegações Aéreas, aí tem investido tanto na expansão do terminal doméstico, como no alargamento das zonas comerciais e de lazer dos passageiros. No futuro, aproveitando as actuais obras e benfeitorias para manter em funcionamento um Aeroporto vocacionado para os negócios, a exemplo do que acontece noutras capitais europeias.

/.../ Lisboa tem de fazer da Política dos Bairros, da autonomia do quotidiano de cada família no seu bairro, a trave mestra da sua organização, como factor de inclusão social e humanização. Aumenta a segurança e a qualidade de vida e diminui a mobilidade.

O espaço público, a zona verde, a Igreja, o comércio, a piscina e o

polidesportivo devem servir para as famílias não serem obrigadas a deslocar-se de um lado para o outro no território de cada cidade.

O próximo mandato será muito marcado, ainda mais marcado, pela acção social e pelo trabalho da inclusão de quem se sente cada vez mais excluído, seja pela origem geográfica, seja pelo percurso de vida, seja pela etnia, seja pela condição social, seja pela crença religiosa.

Aliás, a exclusão tem de ser proibida em Lisboa e a discriminação realidade absolutamente interdita. Por isso mesmo, Lisboa tem de ser tão pródiga com os que têm limitações físicas como com aqueles a quem não incomodam as barreiras arquitectónicas ou as limitações nos edifícios públicos ou privados.

/.../ Propomo-nos desenvolver Políticas Urbanas para o Repovoamento e a Inclusão Social, dando prioridade à conservação do edificado nas zonas consolidadas da cidade. Políticas urbanísticas desadequadas favorecem a exclusão social. O crescimento desordenado da cidade de Lisboa, verificado ao longo das últimas décadas, consumindo território e abandonando zonas urbanas centrais, contribuiu para a desertificação das áreas históricas, na actualidade habitadas maioritariamente por populações envelhecidas e de fracos recursos económicos. A criação de núcleos urbanos de realojamento – através da construção de Bairros Sociais – constituiu uma forma de perpetuar a exclusão social, gerando novas problemáticas, com reflexos ao nível da qualidade de vida urbana.

Em consequência de leis de arrendamento desadequadas, que o actual Governo persistiu em manter, proprietários descapitalizados abandonaram o seu património nas áreas urbanas centrais, enquanto grandes investidores adquiriam edifícios degradados, mas bem localizados, aguardando pacientemente a saída dos últimos locatários, de modo a poderem demolir e maximizar o uso do solo. Património com valor histórico foi sendo delapidado e arruinado. A desertificação instalou-se no centro da cidade. A Baixa Pombalina é um exemplo perfeito deste enunciado.

O diagnóstico há muito que se encontra feito. Dos cerca de 300 mil fogos existentes na cidade de Lisboa perto de 40 mil encontram-se abandonados.

/.../ Lisboa tem de ser eficaz na gestão da cidade, especialmente nos detalhes que são, muitas vezes, os mais valorizados pelos cidadãos. A lâmpada fundida no candeeiro, o bebedouro que não funciona, o buraco na calçada, o lixo que ficou na rua são detalhes importantes na vida da cidade. O serviço de intervenção rápida será reactivado e desenvolvido, de modo a assegurar que os pequenos problemas verificados são rapidamente resolvidos.

400.000 automóveis entram, diariamente, na cidade!

Cerca de 400.000 mil automóveis entram diariamente na cidade de Lisboa. A essa pressão vinda dos concelhos vizinhos, soma-se a indisciplina dos condutores, designadamente no estacionamento e a desordem nas cargas e descargas, fazendo

com que as vias da cidade padeçam de uma “arteriosclerose” permanente, o que prejudica a fluidez do tráfego.

A esses problemas, acrescenta-se a crónica falta de estacionamento em algumas zonas da cidade, resultantes de vários factores, entre eles, o aumento da motorização e o uso para outros fins das garagens dos edifícios.

A situação que se vive na cidade é particularmente sentida pelos peões, que padecem de uma escassa protecção, agravada por uma ineficiente regulação e fiscalização dos comportamentos ilegais pelas autoridades.

Consideramos que é fundamental garantir o direito à mobilidade de todos e todos os modos de transportes são necessários, mas sabemos que eles só poderão coexistir harmoniosamente, se forem correctamente articulados. Devem ser claras as orientações da cidade na sua conciliação e a respectiva prioridade, começando na deslocação a pé, passando pelos transportes colectivos e terminando nos transportes individuais.

/.../ Limites às grandes superfícies e segurança

/.../ Uma das orientações básicas diz respeito ao não licenciamento de novos centros comerciais (grandes superfícies) na cidade de Lisboa. O crescente comércio nas grandes superfícies contribui para a desertificação e êxodo do centro para periferias cada vez mais distantes ajudando à criação de maiores desequilíbrios nas pressões demográficas

Assumimos o compromisso de proteger o comércio tradicional e o empreendedorismo comercial. Queremos uma cidade atractiva e que aposte nas economias de bairro, nas pequenas e médias empresas e na diversificação da oferta, com produtos de qualidade e inovadores.

Tudo faremos para apoiar a criação de zonas de comércio de acordo com uma identidade, uma coerência no ramo de negócio, que se estabelecem e/ou desenvolvem numa área e que se assumem como marca. Replicaremos noutras zonas da cidade o modelo conseguido na Av. da Liberdade, Chiado, Bairro Alto e Rua de São Bento, onde a especialização aumenta a qualidade do comércio

/.../ Equacionaremos a necessidade de abrir esquadras da Polícia Municipal nos bairros com maior exigência nesta matéria, na linha do que aconteceu no Bairro das Furnas há sete anos e como estava previsto na Alta de Lisboa, nas Açucenas ou na Quinta da Bela Flor, em que já existiam instalações disponibilizadas para o efeito.

Quem dirige a Câmara tem de assegurar que as forças policiais não andam primordialmente ocupadas com a fiscalização de obras ou com os expositores de comércio, mas sim com a segurança e com o trânsito.

Os agentes da Polícia Municipal devem estar na rua, ao pé dos cidadãos, de dia e de noite. E os seus agentes estão bem preparados e são bem capazes de o fazer.

/.../ Finanças

Neste sector impõe-se um esclarecimento prévio. No curto período do mandato 2001-2005, foram assumidas na dívida da Câmara, por uma questão de responsabilidade e transferência, encargos muito significativos da Expo 98, da reconversão do Casal Ventoso, de empréstimos do PER, da Simtejo e de facturas não contabilizadas e outros financiamentos bancários que, entre alguns encargos do Município de outros mandatos, permitiram que se criasse uma ficção, fantasia, fraude política sobre a atribuição de responsabilidades pela situação financeira da Autarquia.

A fantasia e a ficção podem ter cabimento na cultura e nas artes. Mas nunca, quando tratamos da “república”. A fraude política, essa, é sempre censurável.

Durante os quinze anos dessa mesma responsabilidade, o Estado central financiou os CCB's, as Expos 98, metade da Capital Europeia da Cultura 94, os Museus

Nacionais, o Eixo Norte-Sul e a CRIL mais ou menos demorada, para além da Ponte Vasco da Gama e da zona ribeirinha. Agora, em vez de financiar, numa manifestação de desprezo pela gestão autárquica, faz de Lisboa sua coutada através da Sociedade Frente Tejo que, por nomeação política, tem poderes de intervenção na zona ribeirinha e nas zonas mais importantes do ponto de vista histórico e patrimonial.

Além da consolidação do passivo, pontos basilares da nossa intervenção na área das Finanças são:

- Aumentar a receita, através da rentabilização dos seus activos e de uma maior fiscalização e cobrança de taxas;
- Revisão das normas municipais que regulam a gestão de bens e espaços afectos ao domínio público municipal, no sentido de otimizar a sua rentabilidade;
- Financiar obras e prestações de serviços colectivos através do estabelecimento de parcerias público-privadas;
- Proceder à actualização patrimonial dos Activos, adoptando o sistema de inventário permanente, aplicar princípios de depreciação das imobilizações corpóreas e, sobretudo, aplicar uma correcta contabilização em todas as contas de forma a garantir-se a transparência e a verdade financeira e patrimonial da CML;
- Normalizar os pagamentos a fornecedores, com definição clara de regras com publicitação permanente. Assegurar o pagamento dessas dívidas através da consolidação do Passivo e, se necessário, pela emissão de outros instrumentos financeiros de longo prazo que permitam restabelecer a liquidez./.../

Organização administrativa e serviços municipais

Concretização do designio de, em quatro anos, a CML ser a melhor administração autárquica do país.

Com mais de 12.000 colaboradores, a CML é uma das grandes entidades empregadoras do país.

Necessitamos de um projecto mobilizador, colectivo. Colocar esta força colectiva imensa a produzir mais e melhor, com trabalhadores mais motivados e ao serviço da cidade é o nosso desafio. Temos de assumir um projecto definido pela positiva. Não é apenas “reformatar”, “cortar”, “legislar”. Ninguém consegue alcançar uma mudança de mentalidades dizendo que está tudo mal!

Basta de anunciar que se vai reformatar, sem ter um projecto, uma ideia unificadora e mobilizadora.

Motivar as pessoas para uma mudança necessária, eleger a melhoria e competitividade da administração pública como um bem colectivo é o grande desafio que assumimos.

Ao nível dos cargos dirigentes da CML, o seu desempenho exige e pressupõe qualidade profissional, técnica e humana dos seus titulares. O exercício de cargos dirigentes deverá sempre e só o corolário do reconhecimento do mérito.

*

Estes são alguns dos pontos altos do compromisso de Santana Lopes com os Lisboaetas. A candidatura está a despertar muitos apoios, que vão da esquerda à direita, em grande parte motivados pela confiança na competência do candidato do PSD e também pela ineficácia da equipa socialista, que está em incumprimento permanente das suas promessas eleitorais. - PL

PSD viabiliza empréstimos de 130 milhões

O PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, viabilizou, com a abstenção, a contratação de empréstimos, no valor global de 130 milhões de euros, o máximo permitido ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária da Dívidas do Estado (PREDE).

A contratação do empréstimo por parte da Câmara de Lisboa foi aprovada com a abstenção do PSD (em maioria), do PCP e do PEV, os votos favoráveis do PS e BE e os votos contra do CDS-PP.

O líder da bancada do PSD, Saldanha Serra, justificou a viabilização do empréstimo com o “respeito para com os fornecedores da cidade”.

Saldanha Serra sublinhou, contudo, na declaração de voto do PSD, que “o executivo municipal contraiu 73 milhões de euros de dívidas, que, porventura, crescerão para 140 milhões de euros em Outubro”.

O deputado municipal insistiu na ideia de que o executivo liderado por António Costa “não arrumou a casa” e rejeitou responsabilidades do PSD no passivo camarário.

O vereador das Finanças defendeu que o empréstimo constitui uma “excelente operação”, ficando a autarquia “formalmente” com um prazo de pagamento a fornecedores inferior a 30 dias.

Dos 130 milhões de euros, 60 por cento são concedidos pelo Estado e 40 por cento por entidades bancárias (BPI e Caixa Geral de Depósitos).

O contrato de empréstimo a conceder



pelo Estado tem a duração de dez anos, a contar da data do visto do Tribunal de Contas, sendo os primeiros cinco anos de carência de capital e de juros e os últimos anos de reembolso de capital.

Durante o período de reembolso, a taxa de juro será equivalente à Euribor a seis meses em vigor no início de cada período de contagem de juros, podendo ser acrescentados ou deduzidos “spreads” em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos para o prazo médio de pagamentos do Município.

O empréstimo junto do BPI, a cinco anos, tem uma taxa de juro variável à Euribor a seis meses/360 verificada no início de cada período de contagem de juros e um “spread” sobre a Euribor de 1,25 por cento, sem arredondamentos.

O empréstimo a conceder pela CGD, a cinco anos, tem uma taxa de juro variável à média aritmética das Euribor a seis meses/360 verificadas no mês anterior ao início do período de contagem de juros e um “spread” de 1,745 por cento.

Estava ainda prevista a discussão da contratação de um empréstimo de 120 milhões de euros para acções de reabilitação urbana, mas a maioria social-democrata na Assembleia Municipal de Lisboa inviabilizou a sua contratação. A maioria social-democrata absteve-se mas a proposta necessitava de uma maioria qualificada para ser aprovada.

A proposta de contratação de um empréstimo para reabilitação urbana foi rejeitada com a abstenção do PSD, CDS-PP e BE e os votos favoráveis do PS, PCP, PEV e da presidente da Assembleia.

O líder da bancada do PSD, Saldanha Serra, e outros deputados municipais sociais-democratas lamentaram de tal forma a ausência do presidente da Câmara, António Costa (PS), na Assembleia, que o vice-presidente, Manuel Salgado (PS), chegou a propor o adiamento da proposta.

Manuel Salgado propôs que a proposta fosse adiada para um momento em que António Costa estivesse presente, hoje ou na próxima semana, mas não houve consenso sobre este adiamento entre os líderes de bancada consultados por Paula Teixeira da Cruz.

“Lamentamos mas é tarde”, resumiu Saldanha Serra.

“A proposta não é uma proposta na qual o PSD se reveja” de forma a “transformar uma abstenção num voto a favor”, declarou.

O líder da bancada do PSD sublinhou que além das “fragilidades” da proposta, o empréstimo iria “condicionar de forma substancial a política que o executivo eleito a 11 de Outubro viesse a adoptar em matéria de reabilitação urbana”.

Saldanha Serra criticou ainda a “chantagem emocional” feita pelo executivo municipal, ao ter colocado cartazes em prédios por reabilitar onde se lia que a sua recuperação aguardava aprovação pela Assembleia Municipal.

O vice-presidente da autarquia e vereador do Urbanismo, Manuel Salgado (PS), assumiu a responsabilidade pela colocação dos cartazes e revelou que quando soube do “incómodo” que provocaram na presidente da Assembleia, lhe telefonou a “pedir desculpa”.

- Fonte: Lusa

Notícias de Palmela

PSD prepara legislativas



Após a vitória nas eleições europeias, o Partido Social-Democrata prepara-se para vencer as Legislativas, e com a liderança de Manuela Ferreira Leite, formar um governo que ajude Portugal a sair da crise em que se encontra.

Com uma política de verdade, falando com os portugueses olhos nos olhos e sem fazer falsas promessas, o PSD irá brevemente apresentar as suas propostas e os seus candidatos.

Por solicitação dos órgãos distritais e nacionais, o PSD Palmela procedeu à escolha do nome que irá integrar a lista de deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Setúbal. A escolha recaiu em Pedro Castilho de Margarido, de 27 anos e residente na Freguesia de Pinhal Novo.

Formado em Direito, na variante jurídico-económicas, e a frequentar uma Pós-Graduação em Direito Financeiro e Fiscal, é actualmente gestor de empresas.

A nível político, exerce actualmente os cargos de Presidente da Juventude Social-Democrata de Palmela; Secretário-Geral da JSD Distrital de Setúbal; Vogal da Comissão Política Distrital de Setúbal do Partido Social-Democrata; Membro do Gabinete de Estudos da JSD, onde desempenha a função de Coordenador Nacional de políticas de combate à corrupção.

Um comunicado da CPS/PSD

Considerando que:

1. Tanto o Boletim Municipal, como o site da Câmara Municipal de Palmela, se tratam de publicações de titularidade pública;

2. São pagas com o dinheiro de todos os munícipes, tendo a natureza dos seus conteúdos uma natureza claramente persuasiva e promocional, para além da função meramente informativa;

3. Tal tipo de publicações devem, por princípio, se encontrar obrigadas a vincular a expressão das diferentes forças e sensibilidades político-partidárias, bem como adoptar mecanismos de participação pública dos munícipes,

A Assembleia Municipal de Palmela, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de Junho de 2009, delibera propor à Câmara Municipal de Palmela que:

- A partir da presente data, sejam publicados os pontos de vista das diversas forças políticas que compõem os órgãos do Município, sempre que o entendam nas publicações municipais, afim de garantir os Direitos do Pluralismo e do Contraditório Democrático consagrado, inclusive, na Constituição da República Portuguesa.

Candidatos do PSD visitam “LOG-Z”

O candidato à C.M.P. do Partido Social Democrata, Carlos Vitorino, acompanhado do candidato à Assembleia Municipal, José Cardoso, e dos candidatos às Juntas de Freguesia de Pinhal Novo e Poceirão, Mário Neto e Bruno Seixo respectivamente, fez uma visita às instalações da LOG-Z (empresa promotora da Plataforma Logística de Poceirão) em Pinhal Novo, tendo reunido com os responsáveis da mesma.

Na visita, foram abordados vários temas que versaram sobre a importância do empreendimento, tanto a nível local e regional como nacional. Os responsáveis pela empresa, fizeram uma explicação detalhada sobre o projecto, nomeadamente, sobre a primeira fase do mesmo que será implementado numa área de sensivelmente um terço da área total do projecto que é de cerca de 600 hectares.

De seguida, foram abordadas as questões relativas aos impactos de uma obra desta natureza nas populações, nomeadamente, ao nível das acessibilidades e da sua qualidade de vida, directa ou indirectamente afectadas pelo empreendimento.

O candidato do PSD à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Mário Neto, avançou algumas sugestões no sentido de serem minorados alguns dos impactos negativos, para que se possa, na medida do possível, conciliar o desenvolvimento com a qualidade de vida dos que moram na região.

No final da reunião, Carlos Vitorino manifestou o seu apreço por este projecto, que trará importantes mais-valias para o concelho e para a região, nomeadamente, na criação de emprego, esperando ao mesmo tempo que sejam efectuadas todas as infra-estruturas necessárias, a começar pela variante à EN252 e acesso à A12, bem como toda uma série de intervenções e acções a nível local para que todos possam ver este importante empreendimento como aquilo que ele deve ser, ou seja, como um empreendimento feito para todos, respeitando as populações locais. Referiu ainda Carlos Vitorino que o PSD irá manter, nesta como em todas as outras situações, uma postura de apoiar e enaltecer o que é importante para o concelho e para o país, mas não abdicando nunca da sua independência e do seu espírito crítico.

- Fontes: Gabinete da CPS/Palmela-PSD



Notícias do Algarve

Bordeira com Macário Correia

Foi no passado dia 10 de Julho que, em Bordeira, teve lugar mais um jantar-convívio promovido por um grupo de apoiantes de Macário Correia e Maria Isilda Garrochinho, candidatos respectivamente Câmara Municipal de Faro e Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe. O Restaurante Pinto acabaria por se revelar pequeno para acolher os quase 200 convivas que, como é apanágio dos bordeirenses, fez uso da sua simpatia para receber a candidatura “Faro com Macário”.

Para além das iguarias gastronómicas, em cima da mesa estiveram as preocupações dos habitantes desta localidade farenses, inconformados com o abandono a que têm sido votados por parte dos poderes políticos e, em particular, da Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Da precariedade das estradas, à ausência de um equipamento desportivo, passando pela falta de águas e esgotos, inconcebível em qualquer país dito civilizado, à necessidade de um cemitério e de mais equipamentos para que a Junta possa levar a cabo os trabalhos de manutenção e reparação que lhe estão delegados pela Municipalidade, foi largo o desfiar de legítimas preocupações.

Na sua intervenção, Macário Correia lembrou a dívida de gratidão que Faro tem para com esta terra de cultura, “hino do folclore algarvio, um lugar único de acordeonistas, de charolas, dos artistas das cantarias de pedra” e prometeu mais atenção para a Bordeira e para as freguesias rurais do concelho: “Vastos territórios da Conceição, de Santa Bárbara de Nexe e de Estoi não têm ainda rede de águas e esgotos, o que parece inacreditável no século XXI, no centro do Algarve. Esta será uma prioridade que teremos bem presente”, garantiu o candidato.

E na área da Cultura, continuam sem resposta as reivindicações dos bordeirenses que exigem o Museu da Pedra, o Museu do Acordeão e uma sede para a Sociedade Recreativa que se encontra, ainda, instalada numa casa particular.

Depois discutiu-se a estagnação de Bordeira, vítima de um peculiar sentido do que deve ser o futuro desta localidade que, ao invés do que pensam os autarcas de Santa Bárbara de Nexe, pode e deve crescer numa perspectiva sustentada e de criação de riqueza. São tantas as potencialidades turísticas deste anfiteatro natural, que não encontramos razões que justifiquem que a terra se encontre hermeticamente vedada a qualquer investimento. Isso não é crescer e pensamos que a afirmação de Faro, enquanto destino turístico, também deve passar pela Bordeira.

Conceição apresenta candidato

É já no próximo sábado, dia 18 de Julho que se realiza, na localidade de Bela Salema, o jantar de apresentação



da Candidatura à Junta de Freguesia de Conceição. O convívio tem lugar no restaurante Bela Salema pelas 20:00 horas e conta com a presença de Macário Correia e Nuno Farias, candidato à Junta da Conceição.

Entretanto, a coligação Faro com Macário, já escolheu o presidente da sua Comissão de Honra. Trata-se do Dr. Idílio Mendonça, conhecido clínico e Director do Serviço de Medicina Interna II do Hospital Central de Faro. É este prestigiado médico que encabeça esta lista, composta por diversas personalidades relevantes, que se destacaram nos mais variados sectores da vida Farenses e que entenderam por esta via, prestar o seu apoio à candidatura aos Órgãos Municipais, encabeçada por Macário Correia. - Gab. Imp. Candidatura

Sociais-democratas algarvios visitam a Assembleia da República

No passado dia 1 de Julho, uma comitiva de militantes e simpatizantes do PSD Algarve, num total de 47 pessoas, visitou o Palácio de São Bento e sede do Parlamento português, a convite do deputado Mendes Bota. A organização do evento ficou a cargo do Movimento

das Mulheres Social Democratas e da Juventude Social Democrata do PSD/Algarve.

Depois da habitual visita ao Palácio e da assistência aos trabalhos em plenário, a comitiva reuniu-se em convívio com o deputado algarvio, com a deputada de Coimbra Ofélia Moleiro, que é natural de Lagos, e do deputado Nuno da Câmara Pereira.

A organização surpreendeu os deputados e os companheiros de viagem, com um toque regionalista pelas mãos do jovem de 9 anos, mas já campeão nacional de infantis de acordeão, Daniel Silva, natural de Paderne e aluno do professor nexense, Nelson Conceição.

Muito aplaudido foi também o jornalista Arménio Aleluia que mostrou, aos que ainda não conheciam, os seus dotes de exímio percussionista. O momento de convívio conheceu ainda outro imprevisto agradável, quando os jovens bailarinos de dança de salão, Tatina Boneco e Pedro Abrantes foram convidados a mostrar os seus dotes artísticos. De referir que estes jovens algarvios foram vencedores das Taças de Portugal em 2003 e 2005, bem como do Campeonato Nacional de 2005 em danças clássicas, tendo vencido na categoria de danças latinas em 2004 o “Open de Lisboa”, organizado pela FPDD (Federação Portuguesa de Dança

Desportiva).

O som do corridinho fez-se ouvir na ala nascente do Palácio de S.Bento, e muitos foram os deputados que foram atraídos pela vibração algarvia, assistindo com agrado à exibição.

No final da visita, a comitiva ainda assistiu in loco ao lançamento da candidatura de Pedro Santana Lopes à Câmara Municipal de Lisboa, no Jardim do Arco do Cego.

Na sua alocução, Mendes Bota, na dupla qualidade de presidente da distrital do PSD/Algarve e de parlamentar, congratulou-se com a presença de tão animado grupo de social democratas algarvios de todas as gerações: “Tenho muito gosto em vos acolher na casa da democracia, que é a Assembleia da República. Entrai aqui, sem curar do que dizem os que dela escarnecem. Saí, na certeza de que existe trigo e joio, nestas espigas parlamentares que são os deputados.

Espero que no vosso juízo, possa merecer que me coloquem na seara do trabalho sério, honesto, digno e credível com que procuro todos os dias cumprir na missão que me foi confiada pelos algarvios. Espero, também, que gostem da visita, e que a recordem com carinho até ao fim das vossas vidas.”

- Gab. Imp. GP/AR

Apresentação da Candidatura de Aristides Sécio à Câmara

Aristides Sécio, Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, apresentou a sua recandidatura à Câmara no passado Sábado, dia 4 de Julho, num jantar que decorreu no Pavilhão Augusto Simões do Clube Atlético do Cadaval.

Com a presença de Marques Mendes, Aristides Sécio contou ainda com o apoio do Deputado Duarte Pacheco, dos Presidentes da Câmara de Alcobaça, Arruda dos Vinhos, e a Vice Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, os Presidentes da Comissão Política do PSD e JSD de Lisboa Área Oeste, e dos muitos Cadavalenses que encheram a sala.

Após as intervenções do Presidente da Comissão de Honra da Candidatura, Professor Chaveiro Soares e do Mandatário da Candidatura, Luís Jerónimo, Aristides Sécio apresentou os candidatos à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, que são:

- Assembleia Municipal, Dr. Pedro Gaspar Rodrigues
- Junta de Freguesia de Alguber, Henrique Prata
- Junta de Freguesia Cadaval, Idalécia Silva
- Junta de Freguesia Cercal, António Borges
- Junta de Freguesia Figueiros, Vitor Marques
- Junta de Freguesia de Lamas, Pedro Germano
- Junta de Freguesia Painho, José António Correia
- Junta de Freguesia Peral, Rui Soares
- Junta de Freguesia Pêro Moniz, Rui Félix dos Santos
- Junta de Freguesia Vermelha, M^a Fátima Paz
- Junta de Freguesia Vilar, Carlos Leonel - CPS/PSD Cadaval



“Favorecimento da candidatura PS ao Porto” pela RTP, denunciada à ERC

O PSD exigiu à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que “reponha a legalidade no serviço público da RTP” por considerar que o canal favorece a candidata do PS à Câmara do Porto.

“A RTP Porto além de boicotar praticamente todas as iniciativas da Câmara Municipal do Porto e do seu presidente, Rui Rio (PSD), tem favorecido a campanha da candidata do PS Elisa Ferreira”, disse à Lusa o deputado do PSD, Sérgio Vieira, subscritor da queixa.

Para o também presidente da Comissão Política Concelhia do PSD do Porto, a RTP “tem o dever de isenção e independência”, mas não o tem cumprido.

“A RTP não é paga pelo PS, é pelo dinheiro dos impostos dos portugueses. Tem o dever de isenção e independência. Julgo que não tem cumprido e espero que a ERC tome uma posição sobre a forma como a RTP se tem comportado”, acrescentou.

Na queixa enviada hoje à ERC, e a que a Lusa teve acesso, o PSD defende que “a continuação da presença da candidata apoiada pelo PS num programa de debate político regular (...) é uma violação clara da lei e um atentado à ética política e às mais elementares regras do regime democrático”.

Além da presença de Elisa Ferreira no programa Vice-Versa da RTPN, o

PSD refere ainda a diferença de cobertura dada pela RTP às apresentações de candidaturas dos socialistas e dos sociais-democratas à Câmara Municipal do Porto.

“Compare-se a cobertura que foi dada à apresentação pública da candidatura apoiada pelo PS - inclusive com transmissão em directo, entrevista, à noite, na RTPN - com direito a espaço de debate com comentadores em estúdio! - e semelhante sessão de apresentação da recandidatura do PSD - uns breves segundos no telejornal!”, refere a queixa.

A Lusa tentou obter uma reacção da direcção de informação da RTP, mas até ao momento tal não foi possível. - Lusa

Edição 2009 do Circuito da Boavista: emoção e espectáculo até ao fim

Carlos Barbot e Miguel Paes do Amaral deram um verdadeiro “show” de condução, nas duas corridas de TPCC - Clássicos (acima dos 1300 cc.), que encerraram, em termos competitivos, a edição deste ano do Circuito da Boavista.

Na primeira corrida realizada de manhã, Paes do Amaral impusera-se desde a largada ao seu mais directo adversário, Carlos Barbot, que, na segunda “manga”, tirou desforra, vencendo igualmente ao

“sprint” uma corrida deveras emocionante, com os dois Lola T 70 a cortarem a linha da meta claramente colados para gáudio do público presente nas bancadas, que não lhes regateou aplausos, bem como a Joaquim Jorge, que levou o seu Ford Escort RS à terceira posição, em ambas as provas.

Stirling Moss: a quem sabe nunca esquece

Mas a festa do desporto automóvel que, ao longo de dois fins-de-semana consecutivos aconteceu no Circuito da Boavista por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, conheceu momentos que os mais indefectíveis viveram com alguma emotividade.

Foi, por exemplo, o caso do regresso de duas glórias do automobilismo de competição - Stirling Moss e Nicha Cabral - que revisitaram a Boavista, em cujo circuito o lendário piloto britânico





venceu, em 1958, o Grande Prémio de Portugal, ao volante de um Vanwall. Por sua vez, foi neste circuito urbano que Nicha correu em 1960, tripulando um Cooper Maserati.

A título de curiosidade, refira-se que, aos 80 anos, Moss ainda conseguiu levar o seu Osca 1100 ao oitavo lugar, justamente a meio da tabela dos carros inscritos na categoria de Grande Turismo/Turismo até 1966.

O veterano piloto, que largara dessa mesma posição para a segunda corrida hoje realizada, percorreu o Circuito da Boavista a uma média de 95 km/hora, tendo efectuado o seu melhor tempo na segunda volta (2:56,234) à média de 97,4 km/hora.

Fórmula 1 de antigos campeões

As exposições de alguns dos mais emblemáticos carros de Fórmula 1, que fizeram história na disciplina rainha do automobilismo desportivo, constituíram, também, pontos altos do vasto programa desta edição.

Presentes estiveram alguns carros que permitiram aos seus respectivos pilotos a conquista do campeonato do mundo, como foi o caso do Matra MS80/Cosworth (Jackie Stewart), do Ferrari 312T (Niki Lauda) e do McLaren M23/Cosworth (James Hunt).

Destaque ainda, entre muitos outros, para o Toleman TG184, que foi pilotado por Ayrton Senna no início da sua carreira, e para a participação de Rodrigo Gallego, que, em 2004, se sagrou campeão do mundo no campeonato reservado a este tipo de carros. - CMP



Notícias dos Açores

Governo regional “perdeu o controlo da situação” relativamente ao transporte marítimo

O PSD/Açores acusou hoje o governo regional de ter “perdido o controlo da situação” relativamente ao transporte marítimo de passageiros entre as ilhas, numa reacção ao novo adiamento na chegada do segundo navio para a operação deste ano.

“O governo regional há muito tempo que perdeu o controlo da situação, este é apenas mais um incidente a juntar a muitos outros a que os açorianos já perderam a conta”, afirmou Jorge Macedo, porta-voz do PSD/Açores para as questões dos transportes.

O dirigente social-democrata reagiu, em declarações à Lusa, ao anúncio pela Atlânticoline, empresa responsável pelo transporte marítimo de passageiros entre as ilhas açorianas, de um novo adiamento na chegada do navio Viking, agora sem data marcada.

O adiamento foi originado pela descoberta de “uma fissura de 30 centímetros” no tanque de combustível de longo curso, admitindo o presidente da empresa que apenas segunda-feira será possível saber quanto tempo vai demorar a reparação.

“Quando se perde o controlo, não há plano B, que é o que está a acontecer”, afirmou Jorge Macedo, acusando os responsáveis do sector de “amadorismo, incompetência e negligência”.

Jorge Macedo, em declarações à Lusa, admitiu que a ideia do governo regional socialista de realizar transportes marítimos de passageiros e carga entre as ilhas foi “boa”, mas frisou que não tem sido bem aplicada.

“Não basta ter uma boa ideia, é preciso saber colocá-la em prática. O governo regional teve uma boa ideia, mas não a sabe pôr em prática e, por isso, têm-se gasto milhões e o serviço piora de ano para ano”, frisou.

Questionado sobre qual a solução que o maior partido da oposição açoriana propõe para este problema, Jorge Macedo



escusou-se a avançar com propostas, considerando ser “difícil propor uma solução quando o governo regional esconde a informação”.

“Sem conhecer o que se passa é difícil encontrar soluções”, afirmou, acrescentando que “o governo regional é o único responsável por esta trapalhada, pelo que lhe compete encontrar uma solução”.

PSD desafia governo a explicar se defende revisão do Acordo das Lajes

O PSD/Açores desafiou o governo regional a explicar se defende a revisão do Acordo das Lajes, no âmbito da utilização da base para treino de aviões militares norte-americanos, alegando que a Região “continua à margem do processo”.

“Agora, já em fins de Junho, o secretário regional da Presidência afirmava que a Região ‘não tem pressa na condução deste processo’. O problema é que a situação vai evoluindo, vão sendo concluídos estudos e avaliações e a Região continua à margem do processo, com o governo regional a dizer que ‘não tem pressa’”, afirmou o deputado social-democrata Clélio Meneses, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores defendeu que “é essencial preparar a posição

dos Açores para essa eventual renegociação” do Acordo, dado que o ministro da Defesa português anunciou ontem que o estudo técnico sobre a utilização das Lajes como base para treino de caças “está concluído”.

Segundo Clélio Meneses, “é necessário que o governo dos Açores esclareça esta Assembleia se defende ou não a celebração de um novo Acordo”, pois a posição da Região “será tanto melhor quanto mais consensualizada for”.

O deputado social-democrata lamentou, ainda, que o governo regional tenha “deixado cair a reivindicação do cumprimento das normas do Acordo relativas à actualização salarial” para os trabalhadores portugueses.

“Os aumentos salariais na Base das Lajes vão deixar de ser indexados a um inquérito salarial feito pelos americanos no mercado de trabalho da ilha Terceira. Isto é, a altura em que a Base das Lajes tem maior potencial de negociação é, precisamente, no momento em que o governo regional deixa cair uma reivindicação essencial dos trabalhadores portugueses”, sublinhou.

Para Clélio Meneses esta atitude do governo socialista “não tem explicação, nem tem desculpa”.

Governo “tudo faz para esconder” a crise

O líder parlamentar do PSD/Açores afirmou hoje que o governo “tudo faz para esconder” os números da crise e considerou que essa atitude “paga-se caro”, dado que conduz a “más decisões” dos agentes económicos.

“Os Açores enfrentam uma fase complexa. O governo tudo faz para esconder a realidade, para a mascarar. O seu objectivo passa apenas por satisfazer os seus próprios interesses, na perspectiva de assim obter dividendos do foro exclusivamente partidário. Na economia,

esse comportamento paga-se caro”, disse António Marinho, numa declaração política feita na Assembleia Legislativa dos Açores.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores salientou que os agentes económicos precisam “conhecer a realidade em que se inserem”, alegando que “só assim estão habilitados a tomar as decisões adequadas”.

Segundo o líder da bancada social-democrata, “uma má decisão dos agentes económicos, devido a deficiente informação transmitida, além de não atacar o verdadeiro problema, leva, em simultâneo, ao desperdício de recursos”.

“Influenciar as decisões dos agentes económicos através de leituras falsamente benevolentes não ajuda a aumentar a confiança, gera mais desequilíbrios e compromete ainda mais o futuro”, sublinhou.

António Marinho frisou que as leituras oficiais dos números da economia açoriana “são sempre ajustadas aos interesses de quem governa e não há qualquer hesitação por parte dos socialistas em fazer esquecer os números que põem em causa as opções assumidas no domínio da política económica”.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores referiu que “é frequente a tendência para desvalorizar, ou mesmo esconder, a informação que mostra que a realidade evolui em mau sentido”.

“A verdade está perfeitamente clara nos dados estatísticos oficiais. Não está nas pretensas análises que os acompanham, que envergonham certamente os bons profissionais que trabalham nos serviços que os produzem”, afirmou.

O líder da bancada social-democrata acrescentou que “só a verdade dos números permite conceber as soluções de que a economia açoriana tanto necessita, quer nos bons, quer nos maus momentos.”

“Com a verdade podemos fazer melhor e ser justamente julgados”, salientou. - PSD/Açores



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cabeceiras de Basto para reunir, no próximo dia 18 de Julho de 2009 (sábado), pelas 21h30., na sede concelhia sita no Lugar do Quinchoso, Refojos de Basto, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Análise da situação política local e nacional: eleições legislativas e autárquicas 2009

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 21 de Julho de 2009, (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Almirante Reis, n.º 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 – Apreciação e votação das listas propostas às Eleições Autárquicas 2009
- 3 – Outros assuntos

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Golegã, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2009, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Azinhaga (Rua da Praça, junto ao Largo da Praça), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária
- 2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos do artº 50, alínea f) dos Estatutos do PSD
- 3 – Outros assuntos

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 23 de Julho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede do Núcleo da JSD de Bustos, sita na Rua de São Lourenço, n.º 6, (junto à Igreja), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais

PONTE DE SOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Sor para reunir, no próximo dia 18 de Julho de 2009 (sábado), pelas 15h00., na sede concelhia sita na Rua João de Deus, 18 – 1º, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleições Autárquicas
- 2 – Apresentação dos candidatos

SECÇÃO-B / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção B - Lisboa, para reunir no próximo dia 23 de Julho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais
- 3 – Análise da situação política

SECÇÃO-G / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção G - Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Lumiar 65-A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral sob proposta da Comissão Política nos termos do artº 50, alínea f) dos Estatutos do PSD.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 7-A, na Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações gerais
- 2 – Análise e discussão da situação político-partidária
- 3 – Eleições Autárquicas de 2009, nos termos da alínea f) do artigo 50º dos Estatutos do PSD



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Almada, para o próximo dia 24 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Almada, sita na Rua Clube Campismo, no Concelho de Almada, n.º 6 A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Aprovação do Relatório de Contas de 2008 e Orçamento 2009;
- 3 – Aprovação da Lista de Candidatos da JSD (a integrar as listas autárquicas 2009 do PSD Almada) proposta pela CPS;
- 4 – Análise da Situação Político-Partidária.

O Presidente da Mesa do Plenário de Almada
(Miguel Salvador)

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coimbra, para uma reunião a realizar no próximo dia 23 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Hugo Filipe Martins Rodrigues)
LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção da JSD de Lousã, para reunirem no próximo dia 24 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Lousã, sita na Avenida São Silvestre, na Lousã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Ana Paula Sançana)

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção da JSD de Montemor-o-Velho, para reunirem no próximo dia 24 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede do PSD de Montemor-o-Velho, sita na Praça da República, em Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;

- 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Francisco José da cruz Valério)

QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Núcleo de Quarteira da JSD, para reunir no dia 22 de Agosto de 2009, pelas 14 horas, na Sede do PSD Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Eleição da Comissão Política do Núcleo da JSD de Quarteira;
- 3 – Outros.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. O acto eleitoral, decorrerá entre as 14h00 e as 15 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve
(Miguel da Silva Guerreiro)